



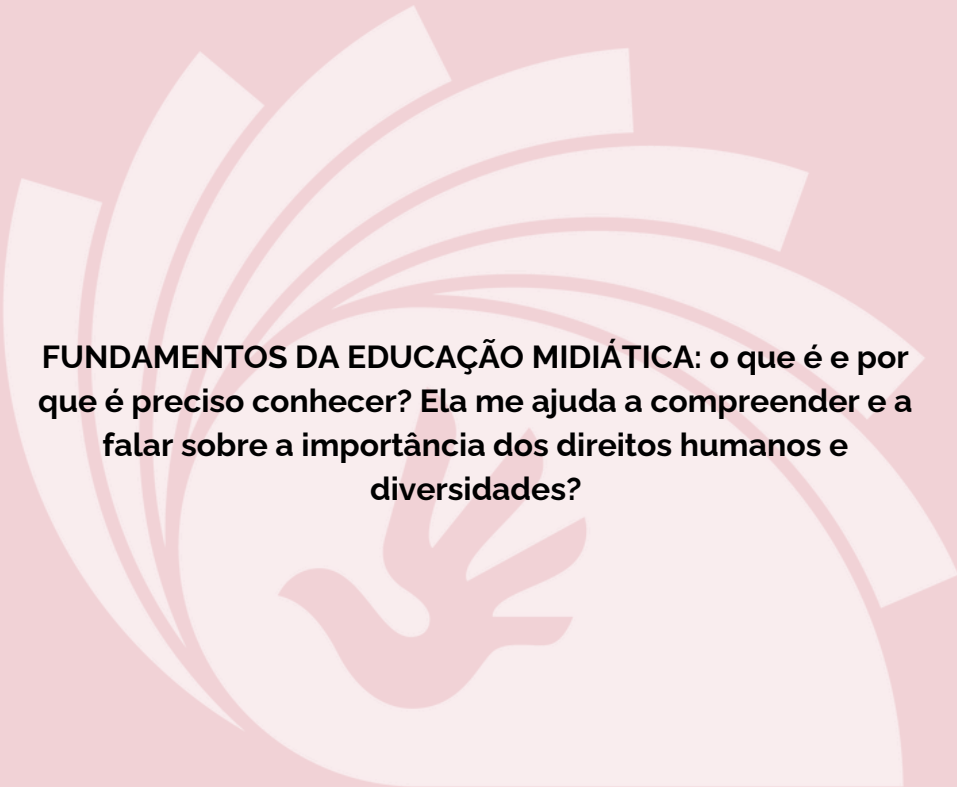
Organizadoras

**Glaucia Carvalho Gomes**  
**Marlei José de Souza Dias**  
**Valéria Maria Rodrigues**



# 2

**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
MIDIÁTICA: o que é e por que é preciso  
conhecer? Ela me ajuda a compreender e  
a falar sobre a importância dos direitos  
humanos e diversidades?**



**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA: o que é e por  
que é preciso conhecer? Ela me ajuda a compreender e a  
falar sobre a importância dos direitos humanos e  
diversidades?**

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO – SECADI**

Zara Figueiredo  
Secretária

Cleber Santos Vieira  
Diretor de programa

Erasto Fortes Mendonça  
Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos  
Humanos

Maraisa Bezerra Lessa  
Coordenadora de Projetos

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU**

Carlos Henrique de Carvalho  
Reitor

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior  
Pró-reitor de Extensão e Cultura

Maria Andrea Angelotti Carmo  
Diretora de Extensão

Gláucia Carvalho Gomes  
Coordenadora do Programa Formação Continuada de  
Profissionais da Educação para a Promoção e Defesa dos  
Direitos Humanos e Diversidades

### **PARCERIAS:**

**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA  
REPÚBLICA - SECOM**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**

# **Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades**

## **Sistematização e Organização**

Gláucia Carvalho Gomes  
Marlei José de Souza Dias  
Valéria Maria Rodrigues

## **Assessoria Didático-pedagógica**

Eliamar Godoi

## **Revisão**

Regina Nascimento Silva

## **Projeto gráfico e Identidade visual**

Gabriel Ballador

## **Diagramação e Ilustrações**

Karen Regina Silva Costa

## **Autores**

Carina Luisa Ochi Flexor  
Cristiane Parente de Sá Barreto  
Fernando Oliveira Paulino  
Mariana Ferreira Lopes

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

F981

Fundamentos da educação midiática: o que é e por que é preciso conhecer? ela me ajuda a compreender e a falar sobre a importância dos direitos humanos e diversidades? / Organização de Glaucia Carvalho Gomes, Marlei José de Souza Dias, Valéria Maria Rodrigues; Ilustrações de Karen Regina Silva Costa. – Uberlândia-MG: Culturatrix, 2026.

Autores: Carina Luisa Ochi Flexor, Cristiane Parente de Sá Barreto,  
Fernando Oliveira Paulino, Mariana Ferreira Lopes.

(Educação midiática para promoção dos direitos humanos e diversidades, V. 2)

Livro em PDF

ISBN 978-65-86889-47-5

1. Educação midiática. 2. Direitos humanos. 3. Educação para a diversidade. I. Gomes, Glaucia Carvalho (Organizadora). II. Dias, Marlei José de Souza (Organizador). III. Rodrigues, Valéria Maria (Organizadora). IV. Costa, Karen Regina Silva (Ilustradora). V. Título.

CDD 302.23

Índice para catálogo sistemático

I. Educação midiática

**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
MIDIÁTICA: o que é e por que é  
preciso conhecer? Ela me ajuda  
a compreender e a falar sobre a  
importância dos direitos  
humanos e diversidades?**





## SUMÁRIO

<b>CONVITE AO ESTUDO</b> .....	<b>08</b>
Ementa .....	09
Diálogo Aberto .....	09
<b>1 EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES</b> .....	<b>10</b>
1.1 O que é educação midiática .....	15
1.2 Abordagens .....	19
1.3 Alfabetização midiática e informacional: a perspectiva da Unesco .....	25
1.4 Educomunicação e os ecossistemas comunicacionais ..	28
<b>2 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NO ATUAL AMBIENTE MIDIÁTICO DIGITAL</b> .....	<b>32</b>
2.1 O que é mídia? .....	33
2.2 Ambiente em transformação .....	35
2.3 O direito à comunicação e à informação pela educação midiática .....	41
<b>3 EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA</b> .....	<b>45</b>
Investigações/curiosidades sobre o tema .....	52
<b>ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>54</b>
<b>ATUALIDADES</b> .....	<b>56</b>
Sobre a curricularização da educação digital e midiática ...	57
<b>CONEXÕES</b> .....	<b>59</b>
Posso confiar .....	66
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	<b>68</b>
<b>VOCABULÁRIO</b> .....	<b>70</b>
<b>LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - EDUCAÇÃO MIDIÁTICA</b> .....	<b>75</b>
<b>ASSIMILE</b> .....	<b>79</b>
<b>REFLITA</b> .....	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>82</b>

## CONVITE AO ESTUDO

Por que falar sobre educação midiática na contemporaneidade?

Vivemos em um tempo em que quase tudo passa pelas mídias: conversas, aprendizados, brincadeiras, decisões e até as formas como entendemos o mundo. E isso é especialmente verdade para crianças e adolescentes, que estão em contato com conteúdos digitais desde muito cedo, seja nas redes sociais, nas plataformas de vídeo, nos jogos on-line ou em aplicativos que fazem parte da rotina familiar e escolar.

Diante desse cenário, o papel da escola e dos profissionais da educação se amplia significativamente. Não se trata apenas de ensinar a ler e a escrever palavras, mas também de desenvolver a capacidade de leitura crítica e de interpretação do ambiente midiático que atravessa a vida social.

Este material propõe a apresentação dos fundamentos da educação midiática e a compreensão de como esse campo pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais críticas, criativas e articuladas aos direitos humanos e à valorização das diversidades.

Ao longo dos conteúdos, são explorados conceitos centrais, como mídia-educação, educomunicação, alfabetização midiática e informacional, entre outros, além de reflexões sobre o uso ético e consciente das tecnologias. O intuito é favorecer uma compreensão mais aprofundada desse universo, permitindo modular expectativas e construir possibilidades de uso da comunicação midiática em favor de processos educativos comprometidos com os direitos humanos e com as diversidades.

Mais do que oferecer respostas prontas, a proposta consiste em abrir caminhos para a reflexão e para a ação. Nesse sentido, apresentam-se questões iniciais que podem orientar o olhar sobre a prática educativa e o cotidiano da educação básica, tais como: de que maneira as mídias influenciam comportamentos e modos de pensar de crianças e adolescentes; como a escola pode contribuir para usos mais criativos, críticos e responsáveis

das mídias e das tecnologias; e de que forma a educação midiática pode fortalecer a cidadania e o respeito às diversidades.

A proposta é percorrer esse terreno fértil que se constitui na interface entre educação e comunicação, com olhos atentos, escuta ativa e disposição para a transformação.

## EMENTA

O que é educação midiática e sua importância no atual ecossistema comunicacional. Educação midiática. Educação para, com e pela a mídia. Educomunicação. Alfabetização midiática e informacional. Mídia, responsabilidade social e prestação de contas. Cultura participativa e aprendizagem informal com as mídias. A importância de conhecer, reconhecer e estimular uma educação midiática como ferramenta de promoção e defesa dos direitos humanos e diversidades. Educação midiática na Educação Básica.

## DIÁLOGO ABERTO

Você já teve alguma experiência com meios de comunicação em suas práticas pedagógicas? Seja o uso de um filme para refletir sobre um conteúdo didático ou para uma atividade lúdica, uma abordagem mais reflexiva sobre "memes" ou vídeos virais reproduzidos por estudantes ou ainda uma experiência de produção de conteúdo sobre situações cotidianas da comunidade escolar?

Essas são algumas das possibilidades de ações e reflexões sobre a educação midiática que se relacionam com a criticidade, a criatividade e a participação quando pensamos nas múltiplas vivências que não só estudantes, mas todos nós temos no ambiente midiático e digital.

Nesse horizonte, o objetivo deste material é apoiar a construção de práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento do pensamento crítico, da produção criativa e da participação cidadã de crianças e adolescentes, a partir do diálogo com o ambiente midiático e da promoção dos direitos humanos e das diversidades.

Busca-se, assim, favorecer a compreensão dos fundamentos da educação midiática e de suas abordagens; reconhecer de que modo o ambiente midiático e digital influencia a formação das subjetividades e das relações sociais; identificar possibilidades de atuação pedagógica para, pela, com e sobre as mídias; e relacionar a educação midiática à promoção dos direitos humanos e das diversidades.

Para iniciar essa reflexão, apresentamos algumas situações-problema que podem estar presentes no cotidiano escolar:

- Uma *trend* popular nas redes sociais viraliza entre os/as alunos/as, mas traz mensagens ofensivas. Como intervir sem que a censura se imponha e impeça a oportunidade de promover uma reflexão crítica?
- Estudantes estão expostos à desinformação e reproduzem informações falsas em trabalhos escolares. Como ajudá-los/las a avaliar a veracidade das fontes?
- O ecossistema comunicativo em sua comunidade escolar é pouco dialógico. Como seria possível transformá-lo a partir da participação dos/das estudantes?

Essas são algumas das possibilidades de diálogo que se propõe aprofundar ao longo do texto. A perspectiva adotada compreende a escola como um espaço de escuta, expressão, crítica e criação, capaz de se constituir como um ecossistema comunicativo rico em diversidade. Não se trata de negar o uso das mídias, mas de buscar formas conscientes e críticas de apropriação desses recursos, colocando-os a serviço de uma comunicação fundamentada nos direitos humanos e na valorização das diversidades.

## 1 EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES

Educação midiática, mídia-educação, educação para a comunicação, educomunicação, alfabetização midiática e informacional, literacia midiática, pedagogia da comunicação. Você reconhece algum desses termos e suas definições durante sua atuação pedagógica?

Quem transita pela interface entre os campos da comunicação e da educação está sujeito a se deparar com uma grande diversidade de abordagens, perspectivas teóricas e nomenclaturas para definir o que significa tal inter-relação. Em princípio, pode parecer tarefa impossível definir o local de onde se fala, o que se pensa e o que promove esse interfaceamento, considerando o uso de diferentes termos, objetivos e conceitos que, ora convergem, ora divergem. E, por consequência, também pode parecer ser igualmente difícil projetar pontes e diálogos com a educação em direitos humanos de antemão. Por isso, antes de adentrarmos mais profundamente no tema em questão, é importante nos situarmos neste vasto campo, atentos às proximidades e às diferenças desses dois campos de referência: a comunicação e a educação.

Ao retomar as contribuições de Paulo Freire, é possível estabelecer uma contraposição entre a educação bancária e a educação emancipadora e dialógica. De modo análogo, a comunicação pode ser compreendida tanto como um processo "bancário", centrado na transmissão unidirecional de informações entre um emissor e um receptor, quanto como um processo dialógico de produção de sentidos, que ultrapassa a centralidade exclusiva dos meios de comunicação, ainda que estes constituam parte fundamental desse processo.

Nessa segunda perspectiva, a comunicação assume um caráter crítico e emancipatório, no qual quem recebe a informação se reconhece como sujeito ativo do processo. Trata-se da concepção que o comunicador e educador uruguaio Mario Kaplún (2002) denomina modelo educativo com ênfase no processo, entendido como aquele em que os sujeitos se educam mutuamente por meio do compartilhamento de conhecimentos, experiências e afetos, tanto nas relações interpessoais quanto nas interações mediadas pelas tecnologias da comunicação. Para Kaplún, cada concepção de processo educativo articula-se, de forma indissociável, a uma determinada perspectiva de comunicação, e vice-versa.

A partir dessa compreensão, a comunicação midiática pode ser pensada como um processo que incide diretamente sobre a educação, seja por seu potencial formativo, seja por sua influência na construção de sentidos, valores e práticas sociais.

Nessa perspectiva, educar não se reduz a uma relação em que um ensina e outro aprende de forma passiva, mas configura-se como um processo contínuo, construído nas vivências cotidianas, no diálogo e nas trocas de experiências que constituem os sujeitos e possibilitam a formação permanente de si e dos outros.

Ao transpor essa perspectiva para o espaço concreto da escola, resgatamos uma experiência pedagógica que, segundo Kaplún, exemplifica o modelo educativo com ênfase no processo: o jornal escolar de Célestin Freinet. Freinet foi um professor que, no início do século 20, lecionava em uma pequena aldeia no sul da França, enfrentando diversos desafios: turmas compostas por estudantes em diferentes níveis de aprendizado, problemas de saúde, falta de estrutura e um sistema de ensino muito rígido, que priorizava a repetição de conteúdos em detrimento da vivência e da construção do conhecimento.

Diante desse cenário, Freinet decidiu experimentar uma forma diferente de ensinar. Observou atentamente o contexto ao seu redor – o fim da Primeira Guerra Mundial, o avanço da industrialização e os primeiros movimentos de renovação da pedagogia. E, em vez de seguir com as lições decoradas, adquiriu um limógrafo – um tipo de impressora da época – e passou a produzir, junto com seus/suas estudantes, um jornal escolar diário.

Esse jornal – que ficou conhecido como parte do "Método Freinet" – era feito com textos livres, escritos pelos/as alunos/as com base em suas próprias vivências. Depois, esses textos eram organizados, revisados em grupo, impressos e compartilhados com outras escolas. Formou-se, assim, uma verdadeira rede de trocas entre alunos, que passavam a conhecer outras realidades e, ao mesmo tempo, se expressavam a partir do seu próprio lugar no mundo.

O mais importante é que não se tratava de uma cópia dos jornais da imprensa tradicional. Era uma produção original, com regras e processos próprios, voltada para uma forma de aprender que valorizava a observação, a experiência, o trabalho coletivo e o desejo de comunicar algo importante para os outros. Como dizia o próprio Freinet (1974, p. 21), "a criança exprime-se inserida num contexto que nos cabe tornar o mais educativo possível, com objetivos, que devemos englobar nas nossas técnicas de vida".

Esse jeito de ensinar coloca no centro o interesse e a experiência dos/as alunos/as, e não apenas o conteúdo que o/a professor/a precisa transmitir. Se assim for considerada, a comunicação, nesse contexto, não é apenas uma ferramenta, mas pode se tornar um dos pilares da proposta pedagógica. Os/as estudantes escreviam para serem lidos/as, e isso fazia toda a diferença: saber que alguém iria ler o que produziam despertava o prazer em aprender, pesquisar e aprimorar os textos. De certa maneira, saber que seriam lidos/as, que o conteúdo do jornal falava de suas vivências, ajudava a atribuir sentido à atividade e a construir o sentimento de que importavam, de que o que tinham a dizer era importante.

Em certo sentido, a busca por esse sentimento não dialoga com a busca de pertencimento e validação, não exclusivo, mas tão característico das infâncias e das adolescências? Seria possível que, de alguma maneira, pelas práticas pedagógicas a escola contribuísse com a construção dessa identidade, apropriando-se dos meios de comunicação e de outras tecnologias?

Em nossa perspectiva, a experiência de Freinet ilustra como a interface entre a comunicação e educação pode ser compreendida como comunicação educativa ou educação comunicativa definidas por Kaplún (2014) como processos nos quais o conhecimento se constrói no diálogo e na expressão de ideias e experiências das pessoas envolvidas, o que, por sua vez, só se estabelece quando os/as envolvidos/as encontram sentido no processo.

Mas, para além desse entendimento, o jornal escolar, adaptado para os tempos atuais, é um exemplo das possibilidades de se trabalhar a comunicação em nosso cotidiano. Ou seja, não apenas a partir de sua condição processual, no entendimento de uma educação dialógica, mas também como prática que se concretiza em uma educação com, para e pela mídia. Trata-se de uma abordagem pedagógica que explora as potencialidades da comunicação e suas materialidades para o desenvolvimento de habilidades e competências (Moran, 2018).

Nesse sentido, a educação **com** as mídias utiliza os meios como recursos pedagógicos; a educação **pelos** mídias estimula a produção de conteúdo pelos/as alunos/as, a exemplo da experiência de Freinet; e a educação **para** as mídias implica na análise crítica dos conteúdos midiáticos.

Quando olhamos a nossa realidade atual e a experiência desenvolvida lá atrás, no início do século 20, seria possível – com os meios e as especificidades de nossas escolas – desenvolver experiências semelhantes, em que os/as estudantes possam ser protagonistas? Experiências como essas poderiam contribuir no processo de ensino-aprendizagem, por exemplo, em aspectos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como os projetos de vida?

Muitas vezes, a aproximação com a interface entre educação e comunicação acontece justamente nas potencialidades do uso dos meios de comunicação como recursos pedagógicos, capazes de exemplificar ou ilustrar um conteúdo abordado em sala de aula. Se, por um lado, esses meios podem representar desafios, como notícias falsas ou conteúdos atravessados por preconceitos e discriminações, por outro lado, podem oferecer oportunidades ricas de aprofundamento, favorecendo reflexões e aprendizagens por meio de linguagens mais próximas do universo dos/as estudantes.

Por exemplo, podemos utilizar filmes para discutir determinado acontecimento histórico ou para abordar uma questão atual que tenha ganhado destaque na narrativa fílmica. Esse elemento, ao chamar a atenção dos/as alunos/as, pode servir como ponto de partida para transformar o fato ou a informação em conhecimento.

Essas potencialidades são reforçadas e exploradas por iniciativas como a MultiRio (Empresa Municipal de Mídias), vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A iniciativa, que existe há mais de trinta anos, tem por objetivo integrar tecnologias da comunicação e informação ao cotidiano escolar, por meio da criação de recursos educacionais em diferentes linguagens e formatos, estendendo-se para a formação de profissionais da educação.

É a partir desse conjunto de possibilidades que intencionamos reconhecer, neste material, e construir abordagens propositivas e reflexivas sobre o ambiente midiático, e é isso o que propõe a educação midiática. É nesse caminho que convidamos você, a trilhar conosco, buscando identificar meios e possibilidades de apropriação das mídias como instrumento para a promoção de

uma educação midiática efetivamente formadora, fundamentada na educação em direitos humanos e na valorização das diversidades.

### SAIBA MAIS

Em 2022, a MultiRio lançou o projeto "Cartografias de Boas Práticas da Rede", que reúne cerca de trezentas ações realizadas nas escolas cariocas em dezessete diferentes áreas, incluindo a educação midiática, ali denominada de mídia-educação. Conheça o projeto em: <https://multirio.rj.gov.br/index.php/cartografias-de-boas-praticas-da-rede>.

## 1.1 O QUE É EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

O conceito de educação midiática dialoga com outras ideias, termos e práticas que também se originam na interface entre comunicação e educação. Dentre eles, a educação para, com e pela mídia, já mencionada anteriormente, além de noções como educomunicação e alfabetização midiática e informacional, bem como as discussões sobre responsabilidade social da mídia e prestação de contas (*accountability*).

A educação midiática, que também pode ser compreendida como educação para a comunicação ou mídia-educação, configura-se como um campo de estudo e prática que visa desenvolver a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos em relação aos meios de comunicação. Busca capacitar as pessoas a compreender, analisar e produzir mensagens midiáticas de forma consciente e responsável (Soares, 2003). Como campo de intervenção, envolve a análise das linguagens, dos conteúdos, das tecnologias e dos impactos sociais das mídias, promovendo a autonomia e o protagonismo dos cidadãos.

Ou seja, o que chamamos de educação midiática é um processo em que nos colocamos de maneira ativa ao receber uma informação. Ao recebê-la, pensamos sobre ela, analisamos sua veracidade, consideramos o ponto de vista que carrega e nos posicionamos diante dele. Concordamos? Discordamos? Identificamos outras possibilidades? A educação midiática também é um convite à vivência crítica no ambiente midiático e tecnológico.

Destacamos, aqui, um aspecto fundamental: na construção de um conhecimento sobre o ecossistema comunicacional, a educação midiática promove o desenvolvimento e o fortalecimento da reflexão crítica, da participação e da expressão criativa. Esse é um dos principais aportes que a educação midiática pode oferecer à escola: contribuir para o desenvolvimento da participação criativa e crítica, especialmente por parte dos/das estudantes.

É importante observar que o conjunto de habilidades e competências promovido não se restringe ao uso das mídias, estendendo-se ao reconhecimento e à compreensão do ambiente midiático e das relações que os sujeitos estabelecem com as materialidades comunicacionais. Isso porque, de fato, o desenvolvimento dessas competências é fundamental para o exercício da cidadania na vida cotidiana, uma vez que permite ao indivíduo assumir uma postura participativa e crítica na sociedade.

Em países como Reino Unido, França, Estados Unidos, Austrália e Argentina, observa-se uma tradição de ações de educação midiática no âmbito formal de aprendizagem, por meio de políticas e programas que abordam o tema nos currículos escolares (Fantin, 2006). A França, por exemplo, possui há mais de 40 anos um centro dedicado à formação de professores/as, à elaboração de recursos e à promoção de iniciativas que abrangem desde a educação infantil até o ensino médio. O CLEMI (Centro para Educação Midiática e Informacional), mantido pelo governo francês, oferece estratégias e materiais voltados também para pais e responsáveis, entendendo que a educação para a comunicação não é uma tarefa exclusiva do sistema educacional, mas deve ser igualmente abordada no âmbito familiar.

### SAIBA MAIS

É possível navegar pelo site do CLEMI e conhecer as ações e recursos do Centro. Basta clicar no link e pedir que o seu navegador faça a tradução automática para o português, se preferir. Acesse em: <https://www.clemi.fr/>

No Brasil, também observamos uma pluralidade de iniciativas de educação para a comunicação. Analisando a partir do tempo presente, é interessante considerar que a discussão que fazemos hoje sobre educação midiática remete, pelo menos, à década de 1960, ainda que muitas dessas ações tenham ocorrido de forma isolada e pontual, enquanto outras se atualizam e seguem vigentes até os dias de hoje.

Outro elemento relevante ao considerar esse processo em perspectiva histórica é perceber que a construção que temos atualmente também se alimentou de iniciativas ocorridas em outros países. É o caso do Plano de Educação Cinematográfico para Crianças (Plan de Niños ou Plan-DENI), desenvolvido em Quito, no Equador, que tinha como objetivo promover uma educação sobre a linguagem cinematográfica articulada a pesquisas sobre crianças e cinema. A experiência do Plan-DENI, realizada em 1967 e considerada pioneira na América Latina como ação sistemática de educação para a comunicação, chegou ao Brasil por meio do CINEDUC, na década de 1970 (Ramos, 2003). O CINEDUC, uma organização não governamental carioca, trabalhou com cinema e educação, promovendo formações para crianças, adolescentes e adultos por mais de 40 anos.

Outro marco importante nas iniciativas de educação midiática no Brasil foi o projeto "Leitura Crítica da Comunicação" (LCC), que integrou as ações da União Cristã Brasileira de Comunicação Social, nos anos 1980, junto a movimentos populares. Esse é um exemplo interessante de como a prática pode contribuir para a ressignificação de abordagens teóricas, como veremos mais adiante.

Inicialmente, as ações da LCC se estruturavam na forma de oficinas que supervalorizavam a figura do educador e subdimensionavam a importância dos educandos, promovendo uma postura de passividade diante do processo. Certamente, esse formato foi influenciado pelo contexto da ditadura militar no Brasil, período em que, em ampla medida, os meios de comunicação estavam associados à legitimação social, política e econômica do regime. Ainda que limitada por esse contexto, a experiência foi fundamental, pois permitiu identificar o desconhecimento das pessoas sobre a possibilidade de as mídias

serem apropriadas como objeto de estudo. A partir daí, tornou-se evidente que, tão importante quanto a informação veiculada é a interpretação de quem a recebe, o que abriu caminho para a construção de estratégias de uma educação midiática voltada à leitura e ao entendimento crítico como parte fundamental do direito à comunicação.

Vale destacar que a experiência da LCC ocorreu fora do ambiente escolar, em espaços não formais de aprendizagem. Essa é uma característica marcante da educação midiática no Brasil, que também tem como protagonistas os movimentos sociais, as organizações não governamentais e as instituições de ensino superior na proposição e implementação de projetos – muitas vezes em parceria com escolas. Ressaltar esse aspecto é fundamental para compreendermos o quanto esse contexto, que frequentemente envolve o entorno da escola, é essencial nesse processo. Afinal, as pessoas que compõem a escola em determinado momento também fazem parte da sociedade, espaço em que a comunicação se realiza com seus vícios e suas virtudes.

No que diz respeito às políticas públicas voltadas à educação básica, há um histórico de iniciativas locais e de incidência em políticas mais amplas, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em 2023, com a criação da Coordenadoria-Geral de Educação Midiática, vinculada à Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (CGEM/SPDIGI/SECOM-PR), foi desenvolvida a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023), documento norteador com diretrizes e frentes de atuação na área.

E você, já ouviu falar em “educação midiática”? Sabia que se trata de um processo em curso no Brasil há mais de meio século? Sabia que ela não se refere apenas a modernos meios de comunicação, como Internet ou as redes sociais, mas abrange a comunicação de maneira mais ampla?

## 1.2 ABORDAGENS

Ainda antes de seguirmos no caminho que viemos percorrendo, entendemos ser importante destacar um aspecto relevante: as diferentes abordagens possíveis de compreensão da educação midiática. Isso porque, ao analisarmos a história da educação midiática, identificamos algumas abordagens que evidenciam perspectivas teórica-metodológicas sobre as relações nos ambientes midiáticos, inclusive quanto aos impactos dos meios de comunicação no cotidiano social, especialmente de crianças e adolescentes.

No entanto, essas abordagens não representam, necessariamente, fases sucessivas nem indicam que alguma delas esteja superada. Elas dizem respeito a como a educação midiática foi compreendida, e identificada em diferentes contextos. É importante conhecê-las, pois podem aparecer, de forma indireta, nos discursos que defendem uma educação midiática orientada nesta ou naquela direção.

Ressaltamos, também, que essas concepções estão relacionadas às formas como nós, enquanto audiências, somos compreendidos pelos estudos de comunicação. Nesse sentido, dois papéis antagônicos são predominantemente reconhecidos: de um lado, o sujeito passivo e vulnerável; de outro, o sujeito crítico e ativo (Siqueira, 2008). Observemos, nas abordagens a seguir, como o papel de quem recebe a informação – o receptor – se modifica, passando de uma postura de negação, para uma posição passiva, até alcançar uma perspectiva mais crítico-participativa. São elas: a inoculatória, leitura crítica, ideológica e das ciências sociais (Siqueira, 2008; Fantin, 2006).

**Inoculatória:** surge a partir da década de 1930. Os meios de comunicação eram vistos como elementos negativos e prejudiciais ao desenvolvimento social e psicológico de crianças e adolescentes. As iniciativas de educação midiática, nesse contexto, buscavam proteger esse público dos efeitos nocivos das mídias e, nesse sentido, duas posturas são adotadas: ignorar os meios de comunicação e mantê-los fora dos muros da escola, ou promover ações de resistência cultural como forma de combate aos prejuízos dos ambientes midiáticos.

**Leitura crítica:** surge a partir da década de 1960, com o desenvolvimento dos estudos de semiótica. O cinema torna-se objeto de análises quanto a narrativas, conteúdos e estéticas, especialmente em cineclubes. Essas experiências tinham como objetivo desnaturalizar os meios de comunicação, com foco mais na análise textual do que no contexto de produção do conteúdo.

**Ideológica:** nos anos 1960 e 1970, especialmente em países da América Latina, surge uma abordagem inspirada na perspectiva crítico-marxista. Por esse viés, os meios de comunicação exercem um papel central na reprodução das ideias dominantes da sociedade, como, por exemplo, o apoio a regimes autoritários ou a manutenção de desigualdades sociais. Nesse contexto, muitas iniciativas de educação para a comunicação surgiram com o objetivo de alertar para os interesses ideológicos por trás da produção de conteúdo. Termos como manipulação, alienação e passividade do público eram comuns nesses debates. O esforço se concentrava em libertar os sujeitos de uma suposta dominação cultural promovida pelos meios de comunicação.

**Ciências sociais:** a partir dos anos 1980, os chamados Estudos Culturais britânicos, cujas origens remontam a décadas anteriores, trouxeram uma importante virada nesse debate. Em vez considerar o público como passivo ou sempre manipulado, passou-se a valorizar a experiência dos sujeitos com os meios de comunicação. Essa nova perspectiva abriu espaço para compreender como diferentes grupos – com suas histórias, culturas e vivências – atribuem sentidos diversos aos conteúdos que consomem. Assim, as práticas de educação midiática passaram a considerar a subjetividade e as estratégias que os próprios sujeitos utilizam em sua relação com a mídia.

Um ponto interessante, ao considerarmos as diferentes abordagens, é a caracterização do sujeito enquanto receptor. Nas concepções inoculatória e ideológica, por exemplo, os receptores são vistos como indivíduos passivos ou como pessoas a serem salvas pela educação midiática. Por isso, destacamos a

importância dos Estudos Culturais ao valorizarem a cultura popular e reconhecerem a pluralidade cultural, além de contribuírem para a superação de uma visão fatalista e determinista sobre o potencial dos receptores em suas relações com os meios de comunicação.

E você, mesmo nos dias atuais, já se deparou com essa visão de que as mídias seriam nocivas ou salvadoras? Que deveriam ser proibidas ou vendidas como solução para todos os problemas? Qual a sua percepção desse processo?

Quando os Estudos Culturais passam a ganhar força como perspectiva teórica no campo da comunicação, ainda na década de 1980, percebemos uma "virada" nas possibilidades de atuação em torno da educação midiática. Passa-se a compreender que as pessoas interpretam, negociam e resistem aos sentidos das mensagens produzidas e disseminadas pelos meios de comunicação, ou seja, entende-se que podemos "ler e interpretar" narrativas e mensagens midiáticas de diferentes formas, a partir de nossas referências pessoais e coletivas. Assim, assume-se que o processo de recepção não é linear. Pelo contrário, ele sofre influências advindas de contextos culturais, sociais, políticos, históricos, econômicos e até geracionais, incluindo aspectos da individualidade como gostos e preferências (Orozco Gómez, 2014).

Um exercício interessante para observarmos esse processo de produção de sentido é a análise crítica de produtos comunicacionais, como os memes que viralizam na internet. É possível propor que os/as estudantes compartilhem seus memes favoritos e que, em grupo, escolham um para responder a perguntas como: sobre o que esse meme nos faz refletir? Quais são as referências que ele apresenta? Se eu fosse produzir um meme sobre essa mesma reflexão, como ele seria?

Durante as discussões, é possível reconhecer as diferenças e aproximação nas interpretações das mensagens, bem como refletir sobre questões éticas relacionadas ao uso e ao compartilhamento desses materiais na Internet<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Você pode encontrar planos de aula de educação midiática para trabalhar com memes no repositório do EducaMídia: <https://educamidia.org.br/plano-de-aula/memes-na-comunicacao>.

Exemplo de meme que aborda com humor característico da linguagem o cotidiano de professores/as:



Fonte: <https://blog.institutosingularidades.edu.br/memes-gifs-e-fake-news-como-o-professor-pode-aborda-los-em-sala-de-aula/>.

Descrição da imagem: a imagem é um meme que traz uma cena do filme A Noviça Rebelde, musical lançado em 1965, no qual a atriz principal, uma mulher branca de cabelos loiros e curtos, usando um vestido escuro e um avental listrado, está dançando feliz com os braços abertos. A paisagem é um vale florido com montanhas cobertas com neve ao fundo. Em letras brancas, está sobreposta a frase "Como me sinto com todas as notas lançadas".

E por que isso é importante na educação midiática? Porque devemos considerar o contexto e o repertório dos/as estudantes tanto na produção de sentido sobre as mídias quanto nos usos sociais que fazem desses meios de comunicação e tecnologias em seu cotidiano. Essa compreensão nos ajuda a evitar abordagens que propõem ações de educação midiática apenas com base no que consideramos importante, a partir de nossas próprias experiências.

Nesse sentido, o pesquisador David Buckingham (2022) propõe uma abordagem de educação midiática que vai além da ideia de um uso instrumental das mídias ou de habilidades restritas ao seu manuseio. Sua proposta abrange também a análise das linguagens midiáticas e dos contextos de produção, além de abrir possibilidades para a criação. São três eixos de ação que se complementam: análise textual, análise contextual e produção criativa, que serão descritos a seguir.

## 1. Análise textual: o que as mídias estão dizendo e como dizem?

Esse primeiro eixo de abordagem de ações de educação midiática nos convida a observar com atenção as **linguagens das mídias**: como são construídas as notícias, os anúncios, os vídeos, os jogos, os posts nas redes sociais? Nada disso é neutro. As escolhas feitas por **quem produz esses conteúdos** – nas palavras, nas imagens, nos sons – moldam a forma como vemos o mundo. Por exemplo, quando uma reportagem exhibe apenas imagens negativas de um determinado grupo social, contribui para reforçar estereótipos e silenciar outras histórias possíveis.

Trabalhar a análise textual é ajudar os/as estudantes a perceberem os significados por trás das mensagens, questionando ideias como “isso é verdade porque está na TV” ou “se está na internet, é confiável”. Buckingham (2003; 2022) afirma que esse processo nos ajuda a “tornar familiar o que é estranho”, ou seja, a entender como funcionam as linguagens midiáticas, desenvolvendo um olhar mais crítico e consciente.

## 2. Análise contextual: para quem e em que contexto esse conteúdo foi feito

O segundo eixo tem como foco compreender **quem produz os conteúdos midiáticos, com quais interesses, para quais públicos e em que contextos sociais, culturais, políticos e econômicos**. Por exemplo, ao falarmos das *big techs*, como a Meta – dona de plataformas como *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp* – é preciso refletir não apenas sobre as plataformas em si, mas sobre as empresas por trás delas, os dados que coletam e os conteúdos que priorizam para atrair mais audiência e, conseqüentemente, gerar lucro.

Esse tipo de análise pode ser desenvolvido por meio de atividades como pesquisas em grupo, estudos de caso, entrevistas, levantamento de perfis de público ou simulações de campanhas publicitárias. A ideia é compreender como a mídia está inserida no nosso cotidiano, influenciando comportamentos, desejos e até opiniões políticas.

### 3. Produção criativa: aprender sobre comunicação fazendo comunicação

O terceiro eixo propõe que os estudantes coloquem a “mão na massa” e se tornem também **produtores de conteúdo. Não basta apenas analisar e criticar: é preciso criar, experimentar, testar linguagens e formatos.** Essa criação pode tomar a forma de um jornal escolar, uma campanha contra o *bullying*, um *podcast* sobre temas da comunidade, um vídeo com dicas de leitura ou mesmo um jogo educativo.

A criação permite que os/as estudantes aprendam, na prática, sobre os desafios da comunicação, ao mesmo tempo em que fortalece sua autoria, criatividade, colaboração e senso crítico. Pode-se partir de formatos já consolidados nos meios de comunicação, como um telejornal, por exemplo, até experiências com novas linguagens e formatos. E não é necessário ter equipamentos sofisticados: com papel, cola, canetas, revistas e jornais, já é possível desenvolver fanzines com os/as alunos/as.

É importante ressaltar que essa proposta de abordagem não deve ser entendida como uma receita, mas como um caminho possível para pensarmos e implementarmos ações de educação midiática voltadas à promoção dos direitos humanos e valorização das diversidades em nossos contextos de atuação. Podemos tomar esses três eixos como base para refletir sobre situações do cotidiano escolar.

Entretanto, é necessário cuidado. Isso porque, ao trabalharmos com educação midiática, é comum cairmos em algumas armadilhas. Uma delas é acreditar que o papel do educador seria o de “salvar” os/as estudantes da influência negativa das mídias e tecnologias, como se fossem sempre ingênuos/as ou desinformados/as. Buckingham (2022) nos lembra que essa visão messiânica não contribui com o processo educativo. Pelo contrário: é fundamental valorizar os saberes, as vivências e as formas de leitura que os/as alunos/as já possuem, mesmo que diferentes dos nossos. Todos estamos imersos no ecossistema midiático, e todos aprendemos algo com ele.

Por isso, mais do que “ensinar o certo”, a proposta da educação midiática é criar espaços de diálogo, escuta, troca e criação, em que possamos pensar juntos sobre os sentidos que atribuímos ao que consumimos e produzimos nas mídias.

E você, já desenvolveu ou conhece ações que se relacionam com um ou mais eixos de abordagem da educação midiática, como os apresentados por Buckingham?

### PARA SE INSPIRAR

O EducaMídia é um programa voltado à conscientização e ao engajamento sobre educação midiática com a sociedade. Uma de suas áreas de atuação é a formação de educadores/as por meio de cursos e da disponibilização de recursos como planos de aula sobre temas como desinformação, representações e inteligência artificial. Conheça mais em: <https://educamidia.org.br/>.

## 1.3 ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL: A PERSPECTIVA DA UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é uma das principais instituições responsáveis por legitimar e ampliar o debate sobre a educação midiática em âmbito internacional. Desde a década de 1960, a Unesco vem promovendo discussões sobre o tema. Inicialmente, o foco estava nas potencialidades pedagógicas dos meios de comunicação. Já nos anos 1970, esse órgão passou a adotar uma abordagem centrada na leitura crítica da mídia, enfatizando aspectos como participação, acesso aos meios e criatividade.

Um marco importante nessa trajetória é a Declaração de Grünwald, de 1982. Esse documento destaca o impacto social dos meios de comunicação e a necessidade de desenvolver programas educativos que promovam a criticidade, a criatividade e a participação social. A declaração defende que esse compromisso seja assumido pelos sistemas políticos e educacionais dos países signatários, incluindo o Brasil.

Nas décadas seguintes, a Unesco continuou promovendo eventos, publicações e recomendações para fortalecer a educação midiática. Dentre essas ações, destaca-se o documento "Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias", publicado em 2013.

Nesse contexto, a formação de educadores é um eixo central, concretizado na proposta de um currículo de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) para professores/as, elaborado em 2013 e atualizado nas diretrizes mais recentes, de 2021. O documento aponta sete conjuntos de competências necessárias para o desenvolvimento da alfabetização midiática e informacional nas escolas:

1. Compreender o papel das mídias, da informação e da tecnologia na democracia;
2. Compreender os conteúdos e seus usos;
3. Acessar informações de forma eficaz, ética e segura;
4. Avaliar criticamente fontes e conteúdos;
5. Aplicar mídias tradicionais e digitais;
6. Contextualizar socioculturalmente os conteúdos;
7. Promover a AMI entre os/as estudantes e gerir os processos de mudança.

A AMI busca desenvolver habilidades que vão desde a definição de necessidades informacionais até o uso ético e responsável das tecnologias, integrando educação midiática, informacional e digital em uma perspectiva unificada. De acordo com a Unesco, as três dimensões da AMI são:

1. Alfabetização informacional
  - Identificação de necessidades informacionais;
  - Localização, acesso, organização e comunicação de informações;
  - Uso ético e responsável dos dados;

2. Aplicação de tecnologias para o processamento e a produção de conteúdo.

- Alfabetização midiática
- Compreensão crítica do papel das mídias em sociedades democráticas;
- Avaliação do conteúdo midiático;
- Participação social e produção criativa;
- Relação entre mídia, representações e cultura.

3. Alfabetização digital

- Uso de ferramentas digitais com segurança e ética;
- Compreensão da identidade e dos direitos digitais;
- Gestão do bem-estar e da comunicação no ambiente digital.

#### PARA SE INSPIRAR

##### Global MIL Week e MIL Alliances

Anualmente, a Unesco realiza a Semana Mundial de Alfabetização Midiática e Informacional (Global Media and Information Literacy Week) entre os dias 24 e 31 de outubro. O evento reúne ações de AMI desenvolvidas por agentes que promovem a educação midiática em seus países, com o objetivo de conscientizar e celebrar os avanços alcançados nesse campo.

Para saber mais, acesse:

<https://www.unesco.org/en/weeks/media-information-literacy?hub=750>.

#### SAIBA MAIS

A Unesco tem sistematicamente elaborado e compartilhado diretrizes e recomendações sobre educação midiática.

Para conhecer esses materiais, acesse:

<https://www.unesco.org/en/media-information-literacy>.

A Unesco também tem estimulado iniciativas de Alfabetização Midiática e Informacional por meio de redes e alianças regionais pelo mundo. O Capítulo Latino-Americano desta rede tem estimulado ações e intercâmbio de informações que podem ser acessados em: <https://www.linkedin.com/groups/9861541/>.

## 1.4 EDUCOMUNICAÇÃO E OS ECOSSISTEMAS COMUNICACIONAIS

Mais presente em práticas e ações realizadas a partir do Brasil, a educomunicação se baseia na interação dialógica entre educação e comunicação, buscando a construção de espaços de diálogo e participação social (Soares, 2003). Esse campo de intervenção promove a apropriação crítica das mídias e o desenvolvimento de práticas comunicativas que fortaleçam a cidadania e a transformação social.

O reconhecimento desse campo fundamenta-se em uma pesquisa conduzida entre 1997 e 1998 pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), cujo objetivo foi identificar aspectos teóricos e práticos da inter-relação entre as áreas da comunicação e da educação. Partindo de três hipóteses – a existência de um novo campo de intervenção social, inaugurador de um paradigma discursivo transversal; sua natureza relacional; e a possibilidade de subdivisão desse campo em diferentes áreas de atuação profissional –, o estudo ouviu mais de 170 especialistas de diferentes nacionalidades, e as evidências comprovaram os pressupostos iniciais (Soares, 1999).

A esse campo, que já vinha sendo delineado e era fundamentado nas premissas do protocolo midiático – a luta pelo direito à comunicação e pela democratização dos meios de comunicação (Soares, 2014) –, além da aproximação com as teorias das mediações, atribuiu-se o nome de educomunicação, em referência ao neologismo criado por Mario Kaplún (2002).

Quase trinta anos depois, observa-se no Brasil um fortalecimento em torno da educomunicação, sem, no entanto, refutar outras denominações da interface entre comunicação e educação. Exemplos dessa consolidação incluem: a criação dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educomunicação, ofertados pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal de Campina Grande, respectivamente; a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom); o projeto Educom.rádio – a Educomunicação pelas ondas do rádio, que propôs em 2001 a criação de rádios

escolares na cidade de São Paulo e serviu de base para a Lei Educom, de 2004, que instituiu o programa EDUCOM – Educomunicação pelas ondas do rádio no município; além da incidência em outras agendas públicas, como a ambiental, e no próprio campo educacional, como macrocampo do programa Mais Educação, do Ministério da Educação.

Em 2021, o termo educomunicação passou a integrar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da Academia Brasileira de Letras, cujo significado é:

1. Conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão.
2. Formação e atividade profissional do educador, relacionadas ao estudo e aplicação desses conhecimentos<sup>2</sup>

A educomunicação tem como propósito planejar e implementar ações voltadas para o fortalecimento de ecossistemas comunicativos em espaços educativos, sejam eles formais, como escolas e universidades, ou não formais, como centros culturais e projetos sociais. O conceito de ecossistema comunicativo é central na educomunicação e aproxima a perspectiva ecológica das interações sociais no contexto educativo. Ele se refere às redes de relações que se estabelecem entre os sujeitos em comunidades educativas, formais ou informais, sendo o espaço em que se desenvolvem ações voltadas à criação de ambientes harmônicos, abertos e dinâmicos.

Segundo Soares (1999), trata-se da organização do ambiente, da disponibilização de recursos, do modo de fazer dos sujeitos e das práticas comunicacionais presentes em determinado contexto. Utilizando a metáfora ecológica, esse autor diferencia sistemas comunicativos áridos – marcados pela unidirecionalidade e pelo fechamento à participação – de sistemas ricos, nos quais o diálogo, a expressão e a troca de sentidos são valorizados.

<sup>2</sup> Definição extraída do VOLP que pode ser acessada em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao>.

A educomunicação propõe a transformação desses ambientes com base em dois princípios: a educação como um processo comunicativo e a comunicação como uma ação educativa, retomando aqui a concepção trazida por Mario Kaplún. Busca-se promover, assim, ambientes inclusivos, democráticos, midiáticos e criativos, capazes de potencializar a aprendizagem, a consciência crítica e a mobilização coletiva. Os ecossistemas comunicativos ganham potência quando organizados de forma intencional e estruturada, promovendo relações baseadas no diálogo, na criatividade e na expressão midiática.

A intencionalidade e a racionalidade estruturantes desse processo estão diretamente ligadas às diferentes áreas de atuação da educomunicação, entre elas, a educação para a comunicação, também conhecida como educação midiática. Essas áreas se complementam, formando um campo articulado de práticas e reflexões, conforme Almeida (2024) e Soares (2011):

- **Educação para a comunicação:** busca compreender o fenômeno da comunicação e suas materialidades em suas inter-relações com diferentes âmbitos da sociedade;
- **Epistemologia da educomunicação:** reflete sobre a construção do conhecimento educacional;
- **Expressão criativa por meio das artes:** promove diálogos baseados na criatividade e na emancipação por meio das diferentes linguagens artísticas;
- **Gestão da comunicação:** trata da implementação e da melhoria dos fluxos comunicacionais no desenvolvimento e no fortalecimento de ecossistemas comunicativos.
- **Mediação tecnológica:** voltada à inserção das tecnologias na educação;
- **Pedagogia da comunicação:** aborda a inter-relação entre comunicação e educação, por meio do uso de recursos comunicacionais nos processos de aprendizagem;
- **Produção midiática:** relacionada à criação de conteúdos midiáticos com finalidade educativa.

Além dessas áreas, as intervenções educacionais apontam possibilidades de diferentes atravessamentos, como nos campos da assistência social, da saúde e do meio ambiente. Este último destaca o histórico da educomunicação como linha de ação no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), com foco

no fazer educomunicativo voltado à promoção da sustentabilidade, tema que será contextualizado ainda durante o curso.

### **Para refletir:**

Considerando o conceito de ecossistema comunicativo como o conjunto de relações, práticas e dinâmicas que estruturam a comunicação no ambiente escolar, incluindo o uso dos recursos disponíveis, a participação dos sujeitos e a cultura de diálogo, como você:

- Descreveria o ecossistema comunicativo da sua escola ou espaço educativo?
- Quais aspectos você percebe como potências que favorecem a participação, a expressão, o diálogo e a colaboração?
- Quais desafios ou barreiras ainda dificultam essas interações?
- Que ações você acredita que poderiam fortalecer esse ecossistema?
- Essas ações se relacionam a alguma das áreas de intervenção educomunicativa? Se sim, quais?

### **PARA SE INSPIRAR**

#### **Projeto Imprensa Jovem e ABPEducom**

Desde 2005, o projeto Imprensa Jovem promove a criação de agências de notícias em escolas do ensino infantil e fundamental da cidade de São Paulo-SP. O projeto é desenvolvido pelo Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação, sendo uma referência no fortalecimento dos ecossistemas comunicativos por meio do protagonismo dos/das estudantes na produção comunicacional, utilizando-se de diferentes linguagens.

Conheça mais em:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educomunicacao/>.

A ABPEducom reúne diferentes profissionais e pesquisadores/as que compartilham suas experiências e conhecimentos em publicações, cursos e outras ações realizadas pela Associação. Conheça mais em: <https://abpeducom.org.br/>.

## PARA SE INSPIRAR

Mais recentemente, em 2024, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) criou o projeto de extensão “Escola sem Fake News”, organizado por um coletivo de docentes e estudantes vinculados à própria universidade, à Escola de Educação Básica (ESEBA/UFU), ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e à Universidade Federal do Tocantins (UFT). O foco do projeto é desenvolver estudos e promover a formação docente em educação midiática crítica, além de incentivar ações educativas coletivas voltadas ao enfrentamento da desinformação e dos discursos de ódio em espaços escolares e universitários. O grupo de estudos se reúne quinzenalmente e é composto por professores/as da rede pública de educação básica, estudantes de licenciaturas e de cursos de comunicação de universidades públicas, além de profissionais da área de educomunicação. Entre os objetivos do grupo estão a criação de materiais didáticos e a organização de eventos sobre o tema. Conheça mais em: [instagram.com/escolasemfakenews](https://www.instagram.com/escolasemfakenews).

## 2 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NO ATUAL AMBIENTE MIDIÁTICO DIGITAL

Compreender a importância da educação midiática no atual ambiente midiático digital exige, antes de tudo, uma reflexão sobre o próprio conceito de mídia e sobre as profundas transformações que marcam os modos contemporâneos de produzir, circular e acessar informações. Vivemos em um contexto no qual diferentes mídias atravessam o cotidiano, influenciam percepções, comportamentos e relações sociais, ao mesmo tempo em que ampliam disputas em torno do direito à comunicação e à informação. Nesse cenário, a educação midiática se apresenta como um campo fundamental para a formação crítica, ética e cidadã, ao possibilitar que sujeitos compreendam as dinâmicas do ambiente midiático em transformação e se apropriem, de forma consciente e emancipatória, dos meios de comunicação como espaços de expressão, participação e exercício de direitos

## 2.1 O QUE É MÍDIA?

Para que profissionais da educação atuem como promotores da educação midiática, dos direitos humanos e das diversidades, é fundamental o conhecimento de alguns conceitos básicos sobre o funcionamento dos meios de comunicação, que nos acompanham em muitas de nossas atividades diárias. Neste sentido, apresentamos, a seguir, algumas definições introdutórias sobre mídia, veículos de comunicação, jornalismo, publicidade e cinema, também organizadas no vocabulário deste material.

A mídia, em sua essência, pode ser entendida como o conjunto de meios utilizados para a produção, a transmissão de informações e o acesso a conteúdos diversos. Ela engloba desde os tradicionais jornais e revistas até as modernas plataformas digitais, como redes sociais e websites (Sodré, 2006).

A palavra "mídia" deriva do latim *media*, plural de *medium*, que significa "meio". Essa origem etimológica já indica sua função de intermediária na comunicação entre emissor e receptor. É fundamental que a mídia seja utilizada de forma ética e responsável, promovendo a informação de qualidade e o debate democrático. A mídia desempenha um papel crucial na sociedade, influenciando a formação de opiniões, disseminando conhecimento e moldando comportamentos (Lima, 2009).

Os veículos de comunicação são os canais específicos por meio dos quais a mídia se manifesta. Incluem televisão, rádio, jornais impressos, revistas, internet e cinema. Cada veículo possui características próprias que determinam seu alcance e formato e sua linguagem. A televisão, por exemplo, combina áudio e vídeo, enquanto o rádio utiliza apenas o som.

A internet revolucionou os meios de comunicação, permitindo a interação em tempo real e a personalização do conteúdo (Castells, 1999), fenômeno acentuado com o advento e a popularização das chamadas redes sociais ou mídias sociais, como veremos ao longo deste curso.

O jornalismo é uma atividade profissional que consiste na coleta, apuração, redação e divulgação de informações de interesse público. Distingue-se da simples transmissão de dados por sua

busca pela veracidade, objetividade e relevância dos fatos (Traquina, 2005). O jornalismo desempenha um papel essencial na democracia, ao fiscalizar o poder público e garantir o acesso à informação.

Importante para o financiamento de grande parte dos veículos de comunicação que consumimos, a publicidade é uma forma de comunicação persuasiva que visa promover produtos, serviços ou ideias. Utiliza diversas técnicas e ferramentas, como slogans, imagens e vídeos, para atrair a atenção do público, exercendo grande influência sobre o consumo e os hábitos da sociedade (Santaella, 2001).

Reconhecido como a Sétima Arte, e presente muito além das salas de exibição, o cinema é uma forma de arte e entretenimento que utiliza a projeção de imagens em movimento para contar histórias ou transmitir mensagens. O cinema combina elementos visuais, sonoros e narrativos para criar experiências imersivas para o público, podendo também ser utilizado como ferramenta de comunicação, disseminando informações e ideias (Xavier, 2003).

Com as transformações tecnológicas, surgiram novas tecnologias de comunicação e informação, como as plataformas e mídias digitais, que permitem a interação direta do público com os conteúdos. Segundo Valente (2020), as plataformas digitais são infraestruturas on-line que permitem a interação entre diferentes usuários: indivíduos, empresas ou outras organizações. Elas funcionam como mediadoras dessas relações, possibilitando a troca de informações, bens, serviços e conteúdos.

Para compreender esse conceito, podemos pensar em uma loja virtual, em que compradores encontram vendedores, ou em uma rede social, em que pessoas compartilham ideias e experiências. Essas plataformas se tornaram atores centrais na economia e na sociedade contemporânea, exercendo poder significativo sobre a forma como acessamos informações e nos comunicamos.

Valente (2020) também destaca que, embora facilitem a conexão e a troca, as plataformas digitais tendem à concentração, podendo evoluir para monopólios digitais. Isso acontece porque o grande volume de dados e usuários atrai ainda mais usuários,

gerando um ciclo de crescimento que dificulta a concorrência. Essa dinâmica levanta questões relevantes sobre o controle e a gestão da informação, a influência dessas empresas e a necessidade de regulação para garantir um ambiente digital mais justo e plural.

A chegada e a expansão da Internet também tornaram possível o funcionamento das mídias sociais, importantes canais de comunicação com grande impacto na disseminação de informações e na formação de opinião. A convergência midiática, que integra diferentes mídias em uma única plataforma, transformou profundamente a forma como consumimos e interagimos com o conteúdo (Jenkins, 2009).

Falar em participação social e diálogo com a sociedade nos leva a refletir sobre o papel que a mídia pode e deve desempenhar diante de sua responsabilidade social, compreendida como o compromisso dos meios de comunicação com a ética, a transparência e a promoção do bem-estar coletivo.

Dado o papel fundamental dos veículos de comunicação na construção de uma sociedade mais justa e democrática, a responsabilidade social da mídia implica a produção de conteúdos relevantes e de qualidade, o respeito à diversidade e a defesa dos direitos humanos (Paulino, 2008).

## 2.2 AMBIENTE EM TRANSFORMAÇÃO

Quando Gilberto Gil lançou a música "Pela Internet", em 1997, tudo ainda era mato. A Internet havia chegado ao Brasil no final da década de 1980, por meio da conexão entre computadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de Maryland, nos Estados Unidos. Foi apenas entre 1994 e 1995 que ela se tornou pública e comercial. Anos depois, vimos os primeiros portais de notícias criarem seus próprios websites. Era um tempo em que se usavam expressões como: "vou entrar na internet" e "vou sair da internet".

Criei meu website  
Lancei minha homepage  
Com 5 gigabytes  
Já dava pra fazer um barco que veleje  
Meu novo website  
Minha nova fanpage  
Agora é terabyte  
Que não acaba mais por mais que se deseje  
Que o desejo agora garimpar  
Nas terras da Serras Peladas virtuais  
As cripto-moedas, bitcoins e tais  
Não fazer economias novos capitais  
Se é música o desejo a se considerar  
É só clicar que a loja digital já tem  
Anitta, Arnaldo Antunes, e não sei mais quem  
Meu bem, o itunes tem  
De A a Z quem você possa imaginar  
Estou preso na rede  
Que nem peixe pescado  
É zapzap, é like  
É Instagram, é tudo muito bem bolado  
O pensamento é nuvem  
O movimento é drone  
O monge no convento  
Aguarda o advento de deus pelo iPhone  
Cada dia nova invenção  
É tanto aplicativo que eu não sei mais não  
What's App, what's down, what's new  
Mil pratos sugestivos num novo menu  
É Facebook, é Facetime, é google maps  
Um zigue-zague diferente, um beco, um cep  
Que não consta na lista do velho correio  
De qualquer lugar  
O Waze é um nome feio, mas é o melhor meio  
De você chegar  
(Gilberto Gil – Pela Internet 2, 2018).

Nos versos da canção considerada visionária à época de seu lançamento, Gil questionava quantos *gigabytes*<sup>3</sup> seriam necessários para construir uma jangada e velejar na rede. Talvez cinco, como o compositor ponderou na segunda versão da música, em 2018. A verdade é que não há informações precisas sobre quantos dados circulavam pela Internet em 1997, mas estima-se que, em 2024, tenham sido produzidos diariamente 402,74 milhões de *terabytes*, sendo que cada *terabyte* equivale a 1 trilhão de *bytes*. Talvez uma jangada, hoje, não seja suficiente.

---

<sup>3</sup> Medida de unidade de informação: 1 *gigabyte* equivale a 1 bilhão de *bytes*, sendo o *byte* a menor unidade de medida de informação.

De certo modo, essa questão é bastante abstrata para todos nós. Afinal, o que são 402,74 milhões de *terabytes*? Dentre o que são, estão as informações ou aquilo que acessamos quando “navegamos na internet”. De modo geral, como fazemos isso? Ou já temos aquele sítio eletrônico que acessamos sempre, ou fazemos uma pesquisa por tema ou palavra-chave, e buscadores como *Google* e *Bing* nos devolvem um conjunto de opções. O princípio é simples: quem produz e disponibiliza a informação permite o acesso a ela, e o buscador a entrega a quem a procura, ligando quem oferta a quem busca.

Desde 2024, observam-se mudanças significativas nos resultados apresentados pelos mecanismos de busca na internet. No topo das páginas, em lugar do acesso direto aos links de informação, passou a ser exibido um verbete produzido por Inteligência Artificial (IA) que sintetiza o tema pesquisado. Somente após essa apresentação inicial é que os links para as fontes originais são disponibilizados, diferentemente do formato anteriormente predominante.

Nesse mar de informações, é como se os buscadores, antes, nos mostrassem direções possíveis para onde poderíamos conduzir nossa jangada. Depois, passaram a indicar a corrente marítima mais veloz, como aconteceu com as personagens Dorothy e Nemo, no filme *Procurando Nemo*. Mesmo com essa corrente, nem sempre precisa, mas mais rápida, o mar ainda estava lá, à disposição de quem quisesse escolher seu próprio rumo ou a fonte da informação buscada.

Em 2025, o Google – que responde por cerca de 90% das buscas nesse vasto mar de terabytes – iniciou testes para deixar exibir as respostas da IA seguidas dos tradicionais links de pesquisa, passando a exibir somente as respostas geradas pela IA. Qual o impacto disso? É difícil prever. Mas uma coisa é certa: **a Internet como a conhecemos, assim como a forma como nos relacionamos com ela, está prestes a passar por transformações profundas.**

Essa quantidade de dados criados e consumidos é fruto de nossa presença cada vez mais intensa no ambiente digital. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2023 (PNAD Contínua), levantamento realizado anualmente pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que 92,5% das casas brasileiras possuem acesso à Internet, um total de 72,5 milhões de residências no país, refletindo uma alta de um ponto percentual em relação a 2022.

Quando comparamos áreas urbanas e rurais, observamos que esse percentual se modifica. Enquanto 94,1% dos domicílios urbanos possuem acesso à Internet, esse número cai para 81% nas zonas rurais. Mas, apesar da diferença, a análise histórica mostra uma expansão mais rápida nas áreas rurais do que nas urbanas nos últimos anos (IBGE, 2024).

Ainda que estejamos a caminho da universalização do acesso à Internet no Brasil, o fato é que quase 6 milhões de domicílios ainda não a utilizam. Nesse contexto, é interessante observar os principais motivos apontados, de acordo com levantamento do IBGE (2024): 33,2% responderam que ninguém na residência sabe usar a Internet; 30%, devido ao alto custo do serviço; e 23,4% alegaram não sentir necessidade de acessá-la. Considerar esse panorama é importante e necessário para evitarmos a generalização equivocada de que todos estão presentes no ambiente digital da mesma forma e de que seus impactos afetam a todos igualmente.

Quando analisamos os dados sobre acesso ao sinal de televisão, um meio de comunicação popular no Brasil, a PNAD Contínua aponta que 5,2% dos domicílios não recebem sinal de TV, o que totaliza 3,8 milhões de residências. Desse total, 5,9% estão em áreas rurais, sendo 8,8% no Centro-Oeste, 8,1% no Sul, 6,4% no Norte, 5,4% no Nordeste e 4,6% no Sudeste. Quanto ao acesso a serviços pagos de streaming de vídeo, a pesquisa mostra que, entre as residências que possuem aparelho de TV, cerca de 42% têm acesso a essas plataformas (IBGE, 2024).

O reconhecimento dessas múltiplas realidades evidencia que, ao falarmos de educação midiática, não podemos e nem devemos nos restringir a práticas e estudos que tratam apenas das novas tecnologias da comunicação e da informação. Ao mesmo tempo, também não podemos desconsiderar que apenas o acesso à Internet não garante um uso seguro, consciente e saudável das tecnologias e dispositivos digitais, o que reforça a importância da educação midiática. Ainda que algumas pessoas não tenham

contato direto com as redes sociais, podemos afirmar que não sejam impactadas pela desinformação que circula nessas plataformas? Ou ainda: como uma comunidade escolar que não tem acesso à Internet<sup>4</sup> pode ser afetada pelas dinâmicas do ambiente digital? E na sua escola, como se dá o acesso? Seus/suas alunos/as têm acesso à internet de maneira regular e consistente?

Ao compreender a mídia como um ambiente, passa-se a considerá-la de modo semelhante a outros ecossistemas, nos quais se estabelecem relações tanto entre suas diferentes materialidades — como televisão, imprensa, rádio e plataformas digitais — quanto entre essas materialidades e os sujeitos que delas fazem uso. Ou seja, há uma coexistência entre novas e antigas tecnologias, que se estruturam como um bioma no qual todas se influenciam mutuamente, superando a ideia evolutiva de que o surgimento de uma inovação midiática implica, irremediavelmente, o desaparecimento de sua antecessora. Da mesma forma, nossas interações moldam e são moldadas por esse ambiente. É isso que propõe a perspectiva teórica interdisciplinar da ecologia das mídias, ao buscar compreender como os meios de comunicação influenciam a percepção, o entendimento e outros aspectos a partir das relações que se estabelecem nesse ambiente (Strate; Braga; Levinson, 2019).

Partindo de uma observação cotidiana, podemos nos questionar: de que modo a Internet, em realidades que têm acesso a esse serviço, tem transformado as formas como assistimos à televisão? As respostas a esse questionamento costumam indicar que novos usos são dados a essa prática: desde o hábito de interagir com múltiplas telas enquanto se assiste a um programa, por exemplo, até a transformação do ritual coletivo e familiar em uma experiência mais individual e de interação on-line, quando deixamos de assistir pelo aparelho de TV e passamos a fazê-lo pelo celular.

Ou ainda: será que as formas como, historicamente, o conhecimento é construído e compartilhado são as mesmas de um século atrás? A escola é considerada um espaço legítimo e tradicionalmente responsável pela produção e circulação do

---

<sup>4</sup> Segundo a pesquisa TIC Educação 2023, 92% das escolas de Ensino Fundamental e Médio no país possuem acesso à Internet.

saber na sociedade, ao lado de outras instituições. O que observamos, nesse ambiente midiático e digital, é que novos saberes e novas aprendizagens passam a acontecer não apenas no ambiente formal de aprendizagem, mas também ganham vida em processos informais e colaborativos que se constituem na cultura midiática e digital, como veremos ao longo do curso. Devemos nos questionar, então: esses saberes atravessam o ambiente escolar e suas dinâmicas? E de que modo o ambiente escolar e suas dinâmicas os atravessam?

A educação midiática é, assim, uma das respostas a esses questionamentos. Importante ressaltarmos que ela é uma e não a única alternativa, sem a pretensão de ser uma tábua de salvação. Sua importância também se reforça por uma premissa simples, mas nem sempre evidente, quando tratamos do ambiente midiático e digital em transformação.

É comum que, ao fazermos um mesmo caminho todos os dias, deixemos de prestar atenção nas características desse trajeto. Da mesma maneira, por estarmos inseridos no ambiente midiático e digital cotidianamente, e fazermos um uso cada vez mais intenso desses recursos em nossas ações do dia a dia, deixamos de observar o ambiente em si. O funcionamento do ambiente midiático digital nem sempre é transparente para nós.

Por exemplo: quem ouve a Rádio Nacional da Amazônia sabe que, de segunda a sexta-feira, das 15h às 17h (horário de Brasília), é transmitido o programa *Tarde Nacional Amazônia*. Mas será que quem acompanha o programa diariamente sabe como ele é produzido, como são selecionados os temas a serem abordados naquele dia, e qual é a sua relação com o fato de ser uma emissora pública de rádio? Quem utiliza plataformas digitais de redes sociais percebe que, muitas vezes, conteúdos aparecem mesmo sem terem sido buscados. Mas será que esse usuário sabe como essa recomendação de conteúdo funciona? E com base em que ela é feita?

"Tornar transparente o que é opaco" poderia ser um *slogan* das iniciativas de educação midiática. Isso porque, muitas vezes, o desconhecimento sobre o funcionamento do ambiente midiático e digital não está relacionado apenas ao estranhamento diante da tecnologia. Não se trata, aqui, somente do "não saber mexer". A

opacidade do ambiente midiático digital é também uma estratégia dos sistemas de mídia e tecnologia que, guiados por interesses comerciais e políticos privados, não têm interesse em tornar evidentes os impactos e as repercussões de seu funcionamento.

Por isso, a análise crítica proporcionada pela educação midiática é fundamental, assim como o reconhecimento de sua importância para promover a auto expressão criativa e a participação nesses ambientes, a partir da apropriação e da resignificação de formatos, linguagens e práticas. Como canta Gil: "é zapzap, é like, é Instagram, é tudo muito bem bolado" e precisamos construir e fortalecer estratégias para não ficarmos "presos" nessas redes, ao mesmo tempo em que potencializamos os seus benefícios.

### **2.3 O DIREITO À COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO PELA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA**

A pergunta "Educação midiática: por que e para quê?" admite diversas respostas, já que são múltiplas as possibilidades de concretização e reflexão sobre essas práticas. Mas, entre todos os caminhos a serem trilhados, há um horizonte comum: o entendimento de que a educação midiática é um processo que contribui para a garantia e a promoção dos direitos humanos e das diversidades.

Na construção desse horizonte comum, partimos do direito à comunicação e à informação de qualidade como um direito humano, condição que também envolve a luta pelo fortalecimento da cidadania comunicativa e digital. Vale lembrar que a educação midiática e a educomunicação sempre tiveram o direito à comunicação como bandeira, especialmente na atuação dos movimentos populares durante a ditadura militar, a partir de experiências nessas frentes.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em seu Art. 19, afirma que "todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". Faremos uma análise dessa definição à luz da educação midiática.

O direito à comunicação e à informação pode, à primeira vista, não parecer tão concreto quanto outros direitos, como os direitos à saúde, à educação ou à moradia. Essa percepção é interessante para compreendermos a invisibilidade social da cidadania comunicativa, como sugere a apresentação do livro *Introdução Crítica ao Direito à Comunicação e à Informação* (Sousa Junior et al., 2017).

A invisibilidade do direito à comunicação se sustenta na tentativa deliberada de não se abrir espaço para o debate sobre essa pauta. Afinal, falar sobre esse direito é discutir a concentração midiática no Brasil. Existem poucos grupos que detêm o controle e operam os principais meios de comunicação do país. Além disso, para além da concentração, esse cenário se caracteriza por fortes vínculos entre esses grupos e partidos ou figuras políticas. Um levantamento realizado pelo Coletivo Intervezes mostrou que, nas eleições presidenciais de 2022, 45 candidatos a cargos de deputado federal, estadual, senador, governador e vice-governador eram proprietários ou tinham vínculos com empresas de mídia, inclusive por meio de relações familiares.

Mas o que isso significa? Em um contexto de concentração midiática, vivenciamos uma comunicação menos plural e mais enviesada por interesses econômicos e políticos privados. Isso se reflete, por exemplo, no modo como as notícias são construídas, nos temas que ganham visibilidade, nas pessoas que são vistas e ouvidas e, conseqüentemente, na forma como apreendemos o mundo, não apenas no jornalismo, mas também na publicidade e no entretenimento.

Essa perspectiva ganha ainda mais força quando ampliamos nossa percepção para além do sistema de radiodifusão e consideramos as plataformas digitais, sob comando de grandes empresas de tecnologia de caráter internacional, que se concentram no que popularmente ficou conhecido como *big techs* (Morozov, 2018). Nesse caso, observamos uma característica central desse ecossistema: a coleta, o tratamento e a monetização de dados como prática estruturante de suas atividades.

O exercício de leitura crítica promovido pela educação midiática nos ajuda a reconhecer essas representações e a compreender o contexto e as lógicas de produção dos meios de comunicação e das tecnologias. Como vimos, trata-se de tornar transparente o que é opaco. Mas, mais uma vez, a criticidade é apenas um dos eixos da educação midiática. A criatividade e a participação abordam outra faceta do direito à comunicação: o direito de transmitir informações.

Ao trabalhar com o reconhecimento de linguagens, formatos e processos de produção dos meios de comunicação e tecnologias, a educação midiática possibilita que essa apropriação se desdobre em potencialidades de autoexpressão e participação no ambiente midiático e digital. Isso inclui a escola como espaço de democratização da comunicação por meio da produção comunicacional. Veremos que, ao irmos além do uso instrumental das mídias e trabalharmos também a educação pelas mídias, estamos contribuindo para o fortalecimento da cidadania comunicativa a partir do espaço escolar. Afinal, quando fazemos comunicação, aprendemos sobre comunicação.

Na reflexão sobre o ambiente midiático e digital, outro aspecto importante a ser destacado é o papel da educação midiática na promoção da integridade da informação, entendida como a manutenção da precisão, da confiabilidade e da consistência dos dados ao longo de todo seu ciclo de vida, assegurando que não sejam alterados, corrompidos ou distorcidos (ONU, 2024). Esse conceito é fundamental em um mundo cada vez mais digital, em que a desinformação e as notícias falsas podem ter impactos graves sobre a sociedade, desde o tensionamento político até riscos à saúde pública. Organizações como a ONU (2024) destacam que a integridade da informação é essencial para a democracia, o desenvolvimento sustentável e a proteção dos direitos humanos.

A educação midiática surge como uma ferramenta crucial para promover a integridade da informação, instruindo indivíduos a avaliar criticamente o conteúdo que consomem e compartilham (Unesco, 2013). Ao desenvolver habilidades como a verificação de fontes, a identificação de vieses e a compreensão dos mecanismos de produção de notícias, as pessoas tornam-se menos vulneráveis à desinformação. A Unesco (2013) destaca a

importância de integrar a alfabetização midiática aos sistemas educacionais como estratégia essencial para preparar as novas gerações a atuarem de forma crítica e consciente em um ambiente informacional cada vez mais complexo e em constante transformação.

Documentos como os *Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação* (ONU, 2024) e as diretrizes da Unesco para a educação midiática (Wilson, 2013; Grizzle et al., 2021) destacam a necessidade de cooperação entre governos, instituições educacionais e plataformas digitais no combate à desinformação. A integridade da informação não é apenas uma questão técnica, mas um pilar para sociedades mais justas e informadas. Investir em educação midiática é, portanto, um passo essencial para fortalecer a resiliência democrática e garantir que a informação seja um bem comum, acessível e confiável.

Nessa perspectiva, a proposta aqui consiste em compreender a educação midiática a partir de seu amplo potencial para contribuir com a formação de sujeitos críticos, capazes de se apropriar das informações que recebem, compreendê-las e elaborá-las, transformando a informação em conhecimento e em processo educativo.

Nesse contexto, a escola ocupa lugar central. Ignorar as mídias ou concebê-las apenas como "ameaças" ou "perigos" não se apresenta como um caminho adequado, uma vez que a comunicação midiática atravessa, de forma cada vez mais intensa e dinâmica, todos os aspectos da vida social. Desconsiderá-la ou tentar se proteger de sua presença implicaria renunciar ao significativo potencial formativo e de aprendizagem que ela oferece.

Em sentido oposto, defende-se a construção de um percurso no qual a educação midiática se consolide como uma ferramenta potente para a formação cidadã no âmbito educacional. Para tanto, é fundamental que a escola e os profissionais da educação básica assumam um papel protagonista nesse processo, reconhecendo as mídias como parte constitutiva das experiências formativas contemporâneas.

### 3 EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Não há alfabetização possível sem o empoderamento dos sujeitos para o uso das mídias a partir de um entendimento social, político, econômico e cultural (Buckingham, 2022).

Vivemos um período marcado por transformações significativas nas formas de buscar informações, relacionar-se, comunicar-se e consumir conteúdos. Nesse contexto, torna-se fundamental preparar crianças e adolescentes para lidar de maneira crítica e consciente com essas mudanças. Esse desafio se intensifica com a presença crescente da Inteligência Artificial (IA), que já integra o cotidiano social, ainda que, em muitos casos, sua atuação ocorra de forma pouco perceptível.

A presença da IA pode ser identificada em diferentes situações próximas da vida cotidiana. Entre os exemplos mais recorrentes, destacam-se campanhas publicitárias que utilizam essa tecnologia para recriar ou “reviver” artistas, como ocorreu em uma propaganda da Volkswagen que promoveu um dueto póstumo entre a cantora Elis Regina e sua filha, Maria Rita. Também fazem uso de IA aplicativos amplamente utilizados, como *Netflix*, *Spotify*, *Uber*, *Google Maps* e *Waze*, que recorrem a algoritmos para personalizar recomendações de conteúdos e rotas.

Além disso, assistentes virtuais, como *Alexa*, *Siri* e *Google Assistente*, bem como filtros de reconhecimento facial empregados em redes sociais, evidenciam como a IA se encontra incorporada às práticas comunicacionais e aos hábitos de consumo contemporâneos. Esses exemplos ilustram a necessidade de compreender criticamente o funcionamento dessas tecnologias e seus impactos nas experiências sociais e educativas.

Essa mesma tecnologia, que facilita nossa vida ou pode ser usada em uma brincadeira aparentemente despreziosa, também pode ser mal utilizada, captando muitos dos nossos dados sem que tenhamos autorizado. Há casos, por exemplo, de jovens que

manipularam fotos de colegas para espalhar imagens falsas e constrangedoras na Internet. Situações como essa nos convocam a debater questões como ética, direitos digitais e a necessidade de regulação das plataformas (o que não tem nada a ver com censura). E esse debate precisa começar desde a educação básica, desde a escola. Afinal, muitas crianças mal abrem os olhos e já estão em contato com diferentes tipos de mídia, certo? Por que, então, não as ensinar a fazer uma mediação adequada com esses diversos suportes e mensagens?

A escola e seus/suas profissionais podem ignorar essa realidade? Ou, ao reconhecerem que ela já está posta, que tal promovê-la como tema de debate, orientar os/as estudantes e construir, junto com eles/elas, perspectivas éticas de agir, fundamentadas nos direitos humanos? Ao assumir esse papel e buscar caminhos possíveis, a escola dá mais um passo firme na construção e consolidação de sua função civilizatória.

É nesse contexto que se insere a educação digital e midiática discutida neste tópico. Ela se mostra fundamental para a formação de crianças e adolescentes, não apenas no sentido do uso das mídias e das tecnologias, mas, sobretudo, para a compreensão crítica, ética e responsável desses ambientes e dispositivos. Tal formação envolve, entre outros aspectos:

Entender o modelo de negócio das plataformas e o que elas fazem com nossos dados;

Discutir temas como saúde mental, *(ciber)bullying*, discurso de ódio, estereótipos e representação/representatividade;

Refletir sobre os impactos políticos, socioculturais, ambientais e econômicos das tecnologias;

Compreender o papel do jornalismo e da liberdade de imprensa e expressão no fortalecimento das democracias, além do valor da integridade da informação.

Esses elementos reforçam a importância de uma abordagem educativa que reconheça as mídias e as tecnologias como dimensões constitutivas da vida contemporânea e que contribua para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a cidadania e os direitos humanos.

Esses assuntos estão diretamente ligados ao desenvolvimento da cidadania digital, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reconhece essa conexão ao incluir a educação midiática no "Campo Jornalístico-Midiático", dentro da área de Língua Portuguesa. O documento estimula nos/as estudantes brasileiros/as a leitura crítica das mídias. Além da BNCC, outras políticas e programas reforçam essa importância formativa, tais como:

**Saberes Digitais Docentes (2024)**, que apresenta seis eixos para o uso de tecnologias digitais na prática pedagógica: conectividade de qualidade para uso pedagógico em todas as escolas; equipamentos tecnológicos para uso pedagógico de professores/as, gestores/as e estudantes; tecnologia para apoiar uma gestão eficiente na integração de dados e sistemas; recursos educacionais digitais alinhados à BNCC; desenvolvimento dos saberes digitais de profissionais da educação básica; currículos alinhados à BNCC, contemplando a cidadania digital. <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/20240822MatrizSaberesDigitais.pdf>.

**Política Nacional de Educação Digital – PNED (2023)**, Lei nº 14.533/2023, instituída para fomentar o desenvolvimento de competências digitais na educação. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm).

**Estratégia Brasileira de Educação Midiática – EBEM (2023)**, criada a partir de consulta pública e baseada em seis eixos, com foco na educação básica. A EBEM prevê revisões bienais, com nova edição prevista para 2025. [https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023\\_secom-spdig\\_i\\_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf](https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdig_i_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf).

**Estratégia Nacional Escolas Conectadas** (2023), que busca articular ações para universalizar a conectividade de qualidade para fins pedagógicos e administrativos nas escolas públicas de educação básica. <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/estrategia-nacional-de-escolas-conectadas-enec>.

**Escola em Tempo Integral** (2023), que fomenta a criação de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>.

**Anexo de Computação da BNCC** (2022), que trata de cultura digital no currículo escolar. <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/BNCCComputaoCompletoDiagramado.pdf>.

**Política de Inovação Educação Conectada – PIED** (2021) / Lei nº 14.180/2021, que institui a Política de Inovação Educação Conectada. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/piec>.

**Lei 13.185** (2015), que institui o Programa de Intimidação Sistemática (bullying). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm).

**Plano Nacional de Educação – PNE** (2014), que trata dos temas relacionados à educação digital. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm).

**Lei nº 13.006** (2014), altera a lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), determinando que escolas de educação básica, públicas e privadas, incluam em sua grade curricular a exibição de filmes nacionais por, no mínimo, duas horas mensais, como forma de valorização da cultura e produção audiovisual brasileira. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm).

**Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH** (2006), busca consolidar um projeto de sociedade pautado na democracia, cidadania e justiça social, promovendo a construção de uma cultura de direitos humanos baseada na solidariedade e no respeito às diversidades. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/plano-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos>.

**VOCÊ SABIA QUE A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA TEM TANTAS INTERFACES E ESTÁ ASSOCIADA A DIVERSAS LEIS, PROGRAMAS E PLANOS?**

Cabe à escola contribuir para que crianças e jovens desenvolvam competências para viver bem nesse mundo conectado: interpretar, produzir e compartilhar informações de maneira responsável e ética, além de entender como os algoritmos, as redes e as tecnologias influenciam a nossa vida. O desenvolvimento dessa habilidade de compreensão desse "mundo conectado" é essencial para que crianças e jovens consigam participar, usufruir e contribuir com esse mundo. Mas também para que possam "transitar" nesse meio de forma cuidadosa e protegida.

Tal como, ao atravessar uma rua movimentada, devemos ser capazes de mapear os diversos usos e decifrar o código de trânsito (olhar para os dois lados, atravessar na faixa de pedestres, respeitar a sinalização etc.), também precisamos, no ambiente virtual, compreender os riscos existentes para adotar um comportamento protetivo.

Por exemplo: imagine que uma *trend* viral esteja circulando e as crianças da sua escola decidam aderir, gravando um vídeo ou criando um carrossel para o *Instagram*. Suponhamos que essa gravação ocorra em frente à escola, com os/as estudantes usando o uniforme escolar. Em uma cidade com cinco mil habitantes, essa exposição pode representar algum risco? E em uma cidade com mais de 500 mil pessoas? E em outra, com 5 milhões?

Sabemos que há vídeos de supostos especialistas que apontam riscos nesse tipo de situação, enquanto outros não os veem da mesma forma, a depender de como analisam e constroem suas percepções. Diante disso, como nos posicionamos a partir de uma educação midiática que, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de viver nesse mundo conectado, também defende a proteção de crianças e jovens como um direito humano fundamental?

É nesse sentido que propomos a junção da discussão sobre educação midiática, direitos humanos e o papel da escola como agente formador.

Nessa perspectiva, a educação midiática não é um "extra", mas parte da formação integral. A escola precisa trabalhar as questões levantadas pela educação digital e midiática, sob o risco de se manter alheia ao seu tempo. Se será por meio de uma disciplina específica ou de forma transversal – que, em geral, é o que se recomenda para a educação básica –, é a própria instituição que terá liberdade para decidir, conforme sua estrutura.

Vale destacar que a compreensão, por parte do governo federal, da importância da educação digital e midiática tem impulsionado a criação de políticas complementares e articuladas, fortalecendo o tema e possibilitando às escolas condições reais para promover a cidadania digital em suas comunidades escolares.

Além das políticas já apresentadas, podemos citar os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que, desde 2024, passaram a contemplar a educação midiática como componente. Assim, professores/as que forem trabalhar o tema em sala de aula terão, de fato, materiais que sirvam como bússola.

Não há dúvidas de que cada política, cada ação nesse sentido, foi estruturada por estudiosos/as e especialistas da área, orientados pelo compromisso com a construção cotidiana de uma sociedade democrática e de direito.

Entretanto, o que foi planejado e estabelecido como meta precisa ser alimentado pela prática cotidiana. Ou seja, é fundamental refletir sobre como o que foi definido se materializa nas

realidades escolares, considerando suas múltiplas diversidades. Assim, perguntamos: seria possível que vocês, s, a partir de seus contextos, apontassem como essas questões têm se manifestado na sua escola?

## PARA SE INSPIRAR

### Acesso à informação

**Você sabia que existe uma lei no Brasil que promove o direito de acesso à informação? A educação midiática e digital tem uma relação direta com a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, que representa um marco fundamental para a consolidação da democracia e o fortalecimento da transparência no país.**

Ao garantir o direito de qualquer pessoa, física ou jurídica, de solicitar e receber informações públicas dos órgãos e entidades dos três poderes, em todos os níveis de governo, a LAI possibilita a prestação de contas da administração pública. Essa abertura informacional não apenas amplia a responsabilização dos/as gestores/as, como também fomenta a participação cidadã e contribui para a construção de uma sociedade mais informada e engajada nas questões públicas.

Nesse contexto de defesa e promoção do direito de acesso à informação, destaca-se o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas. Criado em 2003, o Fórum é uma coalizão de organizações da sociedade civil, veículos de comunicação, pesquisadores/as e grupos de pesquisa que atuam ativamente no monitoramento da implementação da LAI, na articulação de respostas a ameaças a esse direito e na disseminação da importância da transparência para a sociedade brasileira. O Fórum desempenha um papel crucial na defesa da plena aplicação da lei e no aprimoramento dos mecanismos de acesso à informação no país. Para saber mais sobre suas ações, acesse: <https://informacaopublica.org.br/>.

Que tal estimular crianças e adolescentes a pesquisarem sobre dados públicos ou até mesmo a encaminharem um pedido de acesso à informação para algum órgão? Mais informações sobre como isso pode ser feito estão disponíveis em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>.

## INVESTIGAÇÕES/CURIOSIDADES SOBRE O TEMA

Vimos que o Cineduc é um marco na história da educação midiática no Brasil desde sua criação, nos anos 1970, inspirado na experiência do Plan-DENI. É interessante observar que o cinema e a linguagem audiovisual estão presentes no histórico de usos dos meios de comunicação na educação no Brasil, inclusive por meio de políticas públicas sobre o tema. Ao revermos essa trajetória, conseguimos perceber diferentes abordagens que refletem tanto o contexto de cada época quanto a compreensão sobre a própria comunicação e suas materialidades.

O Movimento da Escola Nova inspirou, ainda nos anos 1920, as primeiras articulações entre cinema e educação, inseridas nas propostas de reforma do programa educacional brasileiro. Dentre as recomendações sobre o tema, estava o uso do cinema como recurso educativo. A regulamentação da integração do cinema às escolas ocorreu na reforma do ensino médio do então Distrito Federal (atualmente, Rio de Janeiro), que determinou a instalação de projetores nas escolas e o uso do cinema no ensino científico, histórico, geográfico e artístico, iniciando um movimento em favor do cinema educativo. No entanto, a falta de recursos financeiros e técnicos dificultou a implementação da proposta.

No estado de São Paulo, já em 1931, foi organizado e implementado um plano de cinema educativo que previa que as escolas promovessem sessões de filmes com caráter educativo ou recreativo. As sessões recreativas eram abertas à comunidade, enquanto as sessões educativas eram integradas ao plano pedagógico. Ainda nos anos 1930, Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Até 1966, quando foi descontinuado, o INCE produziu mais de trinta filmes educativos por ano (Franco, 2004).

Passado mais de um século desde as primeiras políticas e diretrizes voltadas a essas linguagens, o cinema e o audiovisual, de modo geral, consolidaram-se como importantes objetos de estudo e como recursos pedagógicos com amplas possibilidades de uso na educação para, pela e com as mídias.

Você já utilizou o cinema em suas práticas pedagógicas? Que tipo de filme você costuma utilizar? Há algum filme que tenha lhe chamado a atenção e que você utilize com frequência com seus/suas alunos/as? Esse uso se caracterizou como educação para, pela ou com as mídias? Como você visualiza outras formas de abordagem do cinema ou da linguagem audiovisual em suas práticas?

Outras experiências que refletem sobre o cinema na educação são fontes de inspiração para ampliar possibilidades de ações em educação midiática. A Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual (Rede Kino) disponibiliza, em seu portal, uma série de publicações e projetos sobre o tema. Um deles é o CiNEIclube, projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em funcionamento desde 2017, que tem por objetivo promover práticas cineclubistas no ambiente escolar com o protagonismo de crianças e jovens participantes. As ações ocorrem no Colégio de Aplicação da UFRN e envolvem a curadoria e a mediação das sessões do cineclubes, oficinas de produção audiovisual, além de atividades formativas com professores/as. Em 2024, a atuação tem sido ampliada para escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio da cidade de Natal e região.

Como produto do projeto, a atividade Críticos de Cinema: a voz e vez das crianças promove a elaboração de críticas sobre filmes, séries e outras produções audiovisuais pelos próprios alunos. Conheça mais sobre o projeto e inspire-se: [https://www.instagram.com/cineiclube\\_/](https://www.instagram.com/cineiclube_/).

Outras referências podem ser encontradas na Rede Kino: <https://www.redekino.com.br/>.

### O QUE É UM CINECLUBE?

**É um espaço de apreciação, reflexão e discussão sobre filmes e outras produções audiovisuais. Os cineclubes são importantes ambientes de educação midiática, pois promovem o senso crítico tanto sobre essa linguagem quanto sobre os temas que ela aborda.**

Você tem interesse em criar um cineclube na sua escola? O Ministério da Cultura lançou, em 2024, a cartilha *Cinema perto de todos: cineclubes em todo lugar*. Acesse em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha-cineclubes-2/cartilha-cineclubes.pdf>.

## ESTUDO DE CASO

Hoje em dia, muitas crianças e adolescentes se envolvem com conteúdos virais nas redes sociais. Algumas *trends* ou "modinhas", como também são chamadas, acabam reproduzindo discursos discriminatórios, como piadas ofensivas sobre mulheres, pessoas gordas, negras ou LGBTQIA+. Muitas vezes, esses conteúdos circulam sem que os/as estudantes percebam seu potencial de exclusão ou de violência simbólica. Diante disso, como os/as profissionais da educação podem intervir pedagogicamente a partir da educação midiática?

A educação midiática contribui para o fortalecimento de um olhar crítico e também potencializa a expressão criativa. Considerando a importância do reconhecimento das percepções e dos entendimentos dos/as estudantes sobre o ambiente midiático-digital, uma proposta de intervenção pode partir de uma roda de conversa que tenha como elemento gerador de debate a apresentação de vídeos de *trends* estereotipadas e discriminatórias. O objetivo é, por meio da análise desses materiais e de outros exemplos compartilhados por eles/elas, promover uma leitura crítica dos conteúdos viralizados. A conversa pode ser guiada por questões como:

- O que chama atenção no conteúdo?
- Quem aparece e como é representado?
- Há estereótipos de gênero, raça ou classe?
- Que tipo de humor ou linguagem é usado?
- Há algo nesse conteúdo que lhe incomoda?

Perceba, que esses questionamentos se relacionam com a perspectiva da análise textual, explicada por Buckingham (2003; 2022) como aquela que tem por objetivo auxiliar os/as estudantes a perceberem os significados e as intencionalidades

nos conteúdos midiáticos. Trata-se tanto de um processo de sensibilização quanto de identificação de características e discursos presentes nos vídeos.

É possível seguir no aprofundamento da discussão trazendo elementos que estão relacionados à análise contextual, ou seja, à compreensão das lógicas de produção desses conteúdos, considerando quem os produz, por onde circulam, quais são seus interesses e para quais públicos são destinados. Assim, saímos de uma perspectiva mais centrada na crítica à mensagem em si para refletir sobre seu contexto. Isso é importante porque, muitas vezes, não reconhecemos como funciona o ambiente midiático-digital e como esse ecossistema influencia e é influenciado por nossas percepções e ações.

Uma sugestão de atividade, neste momento, é uma pesquisa guiada sobre a jornada da *trend*, a ser realizada em grupos, com posterior socialização dos resultados com a turma. Como sugestão de pontos a serem pesquisados:

- Quem criou a *trend* e em que contexto?
- Como ela se espalhou? Quais públicos se engajaram com ela?
- Quais papéis o algoritmo e as plataformas de redes sociais desempenharam para que esse conteúdo se tornasse viral?
- Que impacto ela pode ter em quem consome ou reproduz esse conteúdo?

As discussões geradas nas etapas anteriores são importantes para subsidiar as atividades de produção criativa. Aqui, o objetivo é fortalecer a expressão dos/as estudantes com intencionalidade crítica e analítica: a criação de contra *trends*, ou seja, de novos conteúdos que se oponham ao que foi analisado. Cada grupo deve criar uma resposta à *trend* pesquisada, usando o formato que melhor se adapta à realidade local. Pode ser um vídeo, um meme, uma música, um cartaz, um texto, uma ilustração ou um *podcast*. O importante é que esse novo produto seja a concretização das reflexões realizadas ao longo do processo de educação midiática e que possa ser, também, objeto de novas reflexões sobre os temas abordados.

A educação midiática não é uma receita pronta. É preciso considerar tanto as demandas geradoras da intencionalidade das ações quanto as realidades particulares de cada contexto de atuação.

Como você trabalharia uma proposta de educação midiática voltada à análise crítica de *trends* em seu contexto de atuação? E mais: como as atividades propostas se articulam com as habilidades previstas na BNCC?

## ATUALIDADES

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou, em março de 2025, novas diretrizes para orientar o uso de dispositivos digitais, como celulares, nas escolas. A proposta busca fortalecer o uso pedagógico da tecnologia e ampliar a formação dos estudantes em educação digital e midiática, sempre de maneira crítica, responsável e ética.

De acordo com essas diretrizes, o uso de celulares e outros dispositivos por estudantes só é permitido quando estiver relacionado a atividades educativas e, sempre, com o acompanhamento dos professores. Fora dessas situações, o uso não é recomendado, inclusive durante os intervalos e os momentos de recreação.

Na Educação Infantil, o uso de telas deve ser bastante limitado, podendo ocorrer apenas em situações excepcionais, com mediação atenta dos/as professores/as e sem prejuízo ao desenvolvimento das crianças. Já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o uso precisa ser equilibrado e alinhado ao desenvolvimento de outras habilidades, enquanto no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio recomenda-se uma abordagem progressiva, que favoreça a construção da autonomia digital dos/as alunos/as.

As escolas, em diálogo com a comunidade escolar, devem definir o modo de guardar e organizar os aparelhos durante o horário de aula, sempre considerando situações que exijam exceções, como questões de acessibilidade, saúde, segurança ou garantia de direitos. Ou seja, cada instituição tem liberdade para decidir como serão guardados esses dispositivos, seja por questões de segurança, privacidade ou até mesmo para que esse cuidado não recaia sobre os/as professores/as. De qualquer forma, é importante ressaltar que já se discute a adoção de caixas coletoras, locais específicos em cada sala de aula ou mesmo o uso da própria mochila dos/as estudantes. Entre erros e acertos dessa fase inicial, a ideia é que a experiência funcione.

Além das orientações sobre o uso dos celulares, o documento também reforça a importância de que as redes e as escolas promovam formação continuada para professores/as e equipes, fortalecendo a preparação pedagógica para o trabalho com tecnologias digitais e com a educação midiática. Outro ponto de destaque é o cuidado com o bem-estar emocional dos/as estudantes, indicando que as escolas criem ambientes acolhedores e estratégias de prevenção e atenção à saúde mental.

As diretrizes também preveem que, até 2026, os currículos escolares incorporem, de forma estruturada, o trabalho com educação digital e midiática, sempre alinhado à BNCC. O foco é garantir que os/as estudantes desenvolvam competências para participar ativamente e de maneira crítica no mundo digital, compreendendo tanto o uso responsável das tecnologias quanto os desafios éticos e sociais envolvidos nesse tema.

Mais do que proibir o uso de celulares nos horários de aula, as novas orientações indicam que a escola tem um papel essencial na formação de cidadãos conscientes, preparados para lidar com a tecnologia e com as mídias de forma ética, crítica e segura (Mec, 2025).

Implementada no Brasil desde o início do ano letivo de 2025, de que forma essa diretriz impactou a realidade da sua escola? Quais mudanças você percebeu com a sua adoção no cotidiano escolar?

## **SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA**

Como desdobramento da Resolução CNE/CEB nº 2/2025, o MEC, em colaboração com a SPDIGI/SECOM-PR, lançou, em maio de 2025, o guia Educação digital e midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas. Trata-se de um documento norteador, voltado a apoiar o processo de tomada de decisão por parte de gestores e lideranças educacionais sobre o tema.

O guia apresenta definições, marcos legais e fundamentos pedagógicos para subsidiar a curricularização da educação digital e midiática, além de compartilhar caminhos para sua operacionalização, tanto na adoção ou adaptação do currículo de referência do estado quanto na elaboração de currículos autorais. Com base em experiências anteriores de implementação da BNCC, o documento propõe um passo a passo com ações estratégicas para orientar esse processo:

1. Identificar os currículos já em processo de atualização via estado ou municípios;
2. Mobilizar territórios;
3. Estruturar regimes de colaboração;
4. Mapear especialistas por etapa de ensino;
5. Qualificar membros de grupo de trabalho e alinhar diretrizes;
6. Identificar e estabelecer parcerias;
7. Implementar consultas públicas com comunidades escolares;
8. Instaurar forma de participação municipal para a decisão sobre componente específico ou transversal;
9. Integrar o complemento BNCC nos ciclos de gestão já previstos.

#### SAIBA MAIS

**Diretrizes operacionais nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática:** [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002\\_25.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002_25.pdf).

**Educação digital e midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas:** <https://mecred.mec.gov.br/colecao/16303>.

### FILMES

Para compreender melhor a força dos algoritmos, das *big techs* e a relevância da educação digital e midiática na sociedade, sugerimos alguns filmes para você assistir. Mas lembre-se: a proposta não é aprender sobre a tecnologia em si, mas perceber como funciona a cultura digital e como se realiza o processo de formação crítica promovido pela educação midiática. Afinal, as tecnologias estão em constante evolução, e jamais daríamos conta de aprendê-las ou compreendê-las por completo.

No entanto, ao entendermos seus bastidores, suas intersecções com o poder econômico e político e os impactos que provocam em nossas vidas, estaremos sempre um passo à frente e mais preparados para lidar com todas as tecnologias, certo?

Agora, apague a luz, pegue a pipoca... e bom filme! Para colaborar, sugerimos alguns títulos:

- **Fake News – baseado em fatos reais** (2017): documentário brasileiro que investiga o fenômeno das *fake news* em vários países.
- **Privacidade hackeada** (2019): mostra o caso da *Cambridge Analytica* e como as redes sociais podem influenciar nosso comportamento e até mesmo nosso voto.
- **Hoaxed** (2019): documentário que mostra uma visão particular sobre a mídia corporativa, o fenômeno das *fake news* e suas consequências.
- **Rede de Ódio** (2020): revela a desregulamentação do *marketing* digital e seu impacto na política.
- **O dilema das redes** (2020): documentário da *Netflix* sobre os algoritmos das redes sociais e seu impacto na sociedade.
- **Depois da verdade** – desinformação e o custo das *fake news* (2020): documentário da *HBO* examina o fenômeno atual das *fake news* nos Estados Unidos da América e seu impacto no cidadão comum.

## FORMAÇÕES ON-LINE E GRATUITAS

Se você deseja se aprofundar no tema educação midiática, estão disponíveis cursos on-line, gratuitos e autoinstrucionais na plataforma AVAMEC (Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação), fruto de uma parceria entre a Secretaria de Comunicação da Presidência da República e organizações da sociedade civil. Acesse a Coletânea de Cursos de Educação Midiática do AVAMEC: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/educacao-midiatica/coletanea>.

### NAVEGUE COM SEGURANÇA – ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

Sugerimos, abaixo, uma série de *sites* em que você pode encontrar informações e materiais de qualidade sobre educação midiática, alfabetização midiática e informacional, educomunicação e mídia-educação. A partir deles, é possível acessar outras redes e organizações, já que nossa proposta não é – e nem seria possível – apresentar uma lista completa de todas as instituições atuantes na área.

**Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom):** <https://abpeducom.org.br/>.

**Agência Jovem de Notícias:** <https://agenciajovem.org/>.

**Agência de Notícias dos Alunos da Rede (ANDAR):** <https://multi.rio/andar/>.

**ANDI Comunicação e Direitos:** <https://andi.org.br/>.

**CINEAD/LECAV (Cinema e Educação/Laboratório de Educação, Cinema e Audiovisual da Faculdade de Educação da UFRJ):** <https://cinead.org/>.

**COAR Notícias:** <https://coarnoticias.com.br/manuais-regionais/>.

**Coordenadoria-Geral de Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República:** <https://www.gov.br/secom/pt-br/composicao/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-politicas-digitais/departamento-de-direitos-na-rede-e-educacao-midiatica/coordenacao-geral-de-educacao-midiatica>.

**EducaMídia:** <https://educamidia.org.br/>.

**EMERGE:** Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência: <http://emerge.uff.br/>.

**Grupo Alternativas Mediáticas:**  
<https://fic.edu.uy/grupo/alternativas-mediaticas>.<sup>5</sup>

**landé Comunicação e Educação:**  
<https://www.midiaeducacao.com/>.

**Imprensa Jovem:**  
<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educocomunicacao/im-prensa-jovem/>

**Instituto Alana:** <https://alana.org.br/>.

**Instituto Devir Educom:**  
<https://www.devireducom.org.br/memórias-em-rede>.

**Instituto Íris - Mapeamento de experiências de educação midiática no Brasil:**  
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1r8C10A4QuOGETGB3On-9ln-biYXnOginKeoN5bHm3Bg/edit?gid=1723597755#gid=1723597755>.

**Instituto Vero:** <https://institutofelipeneto.org.br/#vero>.

<sup>5</sup> No endereço <https://drive.google.com/file/d/1-A9c99pOWdhexuUUYrjvLRrE0diF3yV/view>, você encontra uma publicação sobre Democracia Digital e Participação, material que pode servir como referência relevante para ações e projetos desenvolvidos no ambiente escolar.

**Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social:**

<https://intervozes.org.br/>.

**Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB (LAPCOM):**

<https://www.lapcom.unb.br/>.

**Letransmídia – Narrativas Midiáticas e Práticas Sociais:**

<https://linktr.ee/letransmidia>.

**Multirio:** <https://www.multirio.rj.gov.br/>.

**Primeira Semana Brasileira de Educação Midiática:**

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/educacao-midiatica/1asbem#:~:text=A%201a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Semana,da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20democracia>.

**Programa Comunicação Comunitária da UnB:**

<https://www.youtube.com/comcomunitaria>.

**Público na Escola:** <https://www.publico.pt/publico-na-escola>.

**Redes Cordiais:** <https://www.redescordiais.org.br/>.

**Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD):**

<https://rncd.org/>.

**Segunda Semana Brasileira de Educação Midiática:**

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/educacao-midiatica/2asbem>.

**Seminário Internacional de Educação Midiática e Combate à Desinformação:**

[https://www.youtube.com/channel/UCXfX\\_Fu3UayBC\\_3N-LZbySA](https://www.youtube.com/channel/UCXfX_Fu3UayBC_3N-LZbySA).

**STF - Programa de Combate à Desinformação:**

<https://portal.stf.jus.br/desinformacao/>.

**Vaza Falsiane:** <https://vazafalsiane.com/curso/>.

**Viração Educomunicação:** <https://viracao.org/>.

## NAVEGUE COM SEGURANÇA – ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

**Asian Network of News & Information Educators (ANNIE):**

<https://www.annieasia.org/>.

**Aasia-pacific Media and Information Literacy Education Centre:**

<https://nordmedianetwork.org/de-westernising-media-literacy-japan/>.

**Baltic Engagement Centre for Combating Information Disorders**

**(BECID):** <https://becid.eu/>.

**Bulgarian Media Literacy Coalition:** <https://gramoten.li/>

**Cine y Educación:**

<https://www.educomunicacion.es/cineyeducacion/index.htm>.

**CLEMI:** <https://www.clemi.fr/>.

**Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL):**

<https://www.cepal.org/es>.

**Éducation aux Médias et à l'Information:**

<https://educationauxmedias.ch/>.

**European Association for Viewers Interests (EAVI):**

<https://eavi.eu/>.

**European Digital Media Observatory (EDMO):** <https://edmo.eu/>.

**First Draft News:** <https://firstdraftnews.org/>.

**Global Youth News Media:**

<https://www.globalyouthandnewsmediaprize.net/>.

**Gesellschaft für Medienpädagogik und Kommunikationskultur**

**(GMK)** (Professional Association for Media Education, Media Literacy and Communication Culture): <https://www.gmk-net.de/ueber-die-gmk/about-gmk/>.

**Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM):**

<https://www.gilm.pt/>.

**Instituto Latinoamericano de Comunicación Educativa (ILCE):**  
<https://www.ilce.edu.mx/>.

**Kavi:** <https://kavi.fi/>.

**Literacia e Educação Mediática em Linha (LEME):**  
<https://milobs.pt/recurso/leme-literacia-e-educacao-mediatica-em-linha/>.

**Lie Detectors:** <https://lie-detectors.org/>.

**LSE – Media Policy Project:** <https://blogs.lse.ac.uk/medialse/>.

**MED – Associazione Italiana Media Education:**  
<https://www.medmediaeducation.it/>.

**Media & Information Literacy (UNAOC/Unesco):**  
<https://milunesco.unaoc.org/>.

**Media and Learning Association:** <https://media-and-learning.eu/>.

**Média Animation:** <https://media-animation.be/>.

**Media Education Lab:** <https://mediaeducationlab.com/>.

**Media Literacy Ireland:** <https://www.medialiteracyireland.ie/>.

**Media Literacy Network (MEDLITNET):**  
<https://medlitnetwork.wordpress.com/>.

**Media Literacy Now:** <https://medialiteracynow.org/>.

**Media Smart:** <https://mediasmart.uk.com/>.

**Mediapfade:** <https://medialepfade.org/>.

**Mediawijzer.net (Media Literacy Network):**  
<https://netwerkmediawijsheid.nl/>.

**Mil for Asean Network:** <https://aseanmil.org/>.

**Milobs – Observatório sobre Mídia, Informação e Literacia:**  
<https://milobs.pt/>.

**Name:** <https://name.org/>.

**News Literacy Resources for Classrooms:**

<https://www.commonsense.org/education/articles/news-literacy-resources-for-classrooms#News%20Literacy%20Courses%20and%20Curricula>.

**Nordicom - International Clearinghouse on Children, Youth and Media:** <https://www.nordicom.gu.se/en>.

**Radar X/RTP:**

<https://www.rtp.pt/play/zigzag/p6232/e428657/radar-xs>.  
Red Educom: <https://www.rededucom.org/>.

**Rede Interuniversitária Euroamericana de Investigação sobre Competências Midiáticas para a Cidadania (ALFAMED):**

<https://www.alfamed-news.com/>.

**Unesco:** <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy>.

## REPOSITÓRIO DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA PESSOAS IDOSAS

Educação midiática é para todas as idades, não apenas para quem está na escola. Por isso, que tal dar uma olhada no repositório de atividades voltadas para pessoas idosas, preparado pelo governo federal em parceria com organizações da sociedade civil? <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/educacao-midiatica/repositorio-geral/pessoa-idosa>.

## PERIÓDICOS

Sugerimos duas das revistas mais relevantes sobre educação midiática: a espanhola *Revista Comunicar* e a nacional *Comunicação e Educação*. Também incluímos duas publicações recentes que abordam o tema da educação midiática e que podem ser úteis nas atividades realizadas por educadores e educadoras.

**Revista Comunicar:**

<https://www.revistacomunicar.com/index.php?idioma=pt>.

**Comunicação e Educação:**

<https://www.revistas.usp.br/comueduc>.

**Journal of Latin American Communication Research** – número especial sobre educação midiática:  
<https://journal.pubalaic.org/index.php/jlacr/issue/view/24>.

**Media Development** – número especial sobre educação midiática: <https://waccglobal.org/media-development-2023-3-articles/>.

## POSSO CONFIAR?

A verificação da veracidade das informações é essencial em um mundo marcado pelo excesso de dados, especialmente com o avanço das redes sociais. Uma das técnicas mais utilizadas é a checagem de fontes, que consiste em analisar se a origem da informação é confiável, como sites oficiais, especialistas reconhecidos ou veículos de imprensa com credibilidade. Além disso, é importante verificar se a notícia também foi publicada por outros meios de comunicação, o que pode indicar maior confiabilidade.

Outro método eficaz é a análise do contexto da informação. Muitas notícias falsas utilizam dados reais, mas fora de contexto, distorcendo seu significado original. Para evitar isso, recomenda-se verificar a data de publicação, o cenário em que a informação foi divulgada e compará-la com fatos já consolidados. Ferramentas como o *Google Fact Check* ajudam a identificar se determinada notícia já foi verificada por agências especializadas.

O Ministério da Saúde publicou uma sequência de postagens com boas dicas, que podem ser acessadas em: [https://www.instagram.com/minsaude/p/DH6B9ltMfOi/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/minsaude/p/DH6B9ltMfOi/?img_index=1). Abaixo, uma das imagens utilizadas com orientações para checagem da veracidade das informações:



Fonte: Ministério da Saúde (2025)

Descrição da imagem: a imagem tem fundo cinza e apresenta retângulos coloridos conectados por um fio, formando um caminho para a checagem de informações. O primeiro retângulo é azul e traz, em letras amarelas: "Passo a passo para verificar a veracidade de uma publicação". O segundo retângulo é verde e exibe, em letras pretas: "a) Identifique a fonte: verifique se a informação provém de órgãos oficiais, como o Ministério da Saúde, ou de instituições reconhecidas". Acima do retângulo, há a ilustração de uma lupa. O terceiro retângulo é amarelo e contém, também em preto: "b) Cheque a data: informações desatualizadas podem ser irrelevantes ou incorretas no contexto atual". Há a ilustração de um calendário no lado direito. O quarto retângulo é verde-claro e apresenta, em preto: "c) Busque confirmação: veja se outros veículos confiáveis estão reportando a mesma informação". A imagem ao lado mostra uma mão segurando um celular, com o símbolo de check (✓) em verde e branco e linhas representando um texto. O quinto retângulo é amarelo, com a frase: "d) Utilize plataformas de checagem: ferramentas especializadas podem ajudar a verificar a autenticidade de notícias". Ao lado, há a ilustração de um notebook com um alvo. O último retângulo é verde e exibe a frase: "e) Evite compartilhar sem certeza: se houver dúvida, não propague a informação". No canto inferior esquerdo, há uma ilustração de uma campainha amarela.

A checagem de imagens e vídeos também é fundamental, pois muitos conteúdos falsos utilizam manipulações ou recortes enganosos. Plataformas como o *TinEye* permitem rastrear a origem de uma imagem para confirmar sua autenticidade. Além disso, é possível analisar metadados de arquivos para identificar possíveis alterações ou edições.

A consulta a agências de *fact-checking*, como Aos Fatos, Lupa e AFP Checamos, é uma forma confiável de verificar informações duvidosas. Essas organizações seguem metodologias rigorosas e baseiam-se em evidências para desmentir ou validar notícias.

Adotar esses cuidados no cotidiano é essencial para combater a desinformação e promover um consumo crítico e responsável de informações.

## LEGISLAÇÃO

Hoje o Brasil conta com a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM), que se configura como a política nacional de educação midiática do país. Mas, para que ela chegasse até aqui, não bastaria o cenário atual. É fundamental reconhecermos todo o histórico de políticas públicas anteriormente implementadas, que já tratavam de temas como conectividade, educação digital, tecnologias da informação e comunicação (TIC), audiovisual e educação, educomunicação, entre outros.

É importante reconhecer essa trajetória que nos trouxe até este ponto. Por isso, apresentamos abaixo uma espécie de linha do tempo com algumas dessas políticas, normas e documentos que contribuíram para a construção do que hoje entendemos como educação midiática. Será que você se lembra de todas elas? Como essas políticas impactaram sua escola?

Aproveite essa linha do tempo para refletir sobre a importância de que os governos estruturarem políticas de Estado sólidas, que possam permanecer ao longo do tempo, evitando rupturas e descontinuidades. Observe também se cada nova legislação veio acompanhada de uma preocupação com a formação de profissionais da educação e se essas políticas ajudaram a

preparar o caminho para a implementação das diretrizes atuais, que aqui reunimos a partir do Catálogo de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), lançado em 2022. Esse catálogo é uma plataforma virtual que reúne informações sobre políticas públicas implementadas no Brasil nas últimas décadas, no âmbito do Poder Executivo Federal.

Cabe esclarecer que, de acordo com o IPEA, políticas públicas são definidas como "todas aquelas iniciativas classificadas pelos diferentes órgãos que compõem o aparato estatal como políticas nacionais, programas governamentais e planos".

Entendemos que a Educação Midiática se conecta com diversas áreas do conhecimento e com diferentes políticas públicas. Por isso mesmo, dentro do governo, ela conta com diversos parceiros. No entanto, para este momento, priorizamos a área da Educação. Vale lembrar, por exemplo, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que tem como um de seus cinco eixos o tema Educação e Mídia, e como um de seus princípios a sustentabilidade socioambiental.

A área de Educação do catálogo reúne 76 políticas públicas criadas a partir da década de 1970 — sendo a mais recente registrada em janeiro de 2025 (não incluída aqui por não se relacionar diretamente com o tema tratado). As políticas públicas são formuladas por meio de leis e decretos e têm como público-alvo não apenas estudantes e professores/as, mas também a população em geral, as instituições de ensino e os grupos sociais historicamente minorizados. Importa destacar que fizemos aqui um recorte temporal a partir de 1988, ano da promulgação da Constituição Federal.

Além das políticas presentes no Catálogo, incluímos também outros documentos importantes, como o Decreto nº 11.362, que cria a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR), e a Portaria SECOM nº 1, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo e Pedagogia, que consideramos fundamentais para refletir sobre a formação dos/as profissionais essenciais ao fortalecimento da EBEM e da política nacional de educação midiática.

Destacamos ainda o ECA, instituído pela Lei nº 8.069/1990, considerado uma das legislações mais avançadas do mundo voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes. O ECA trata, entre outros temas, da relação desse público com a mídia, assegurando o direito à informação, à comunicação e à proteção contra conteúdos inadequados. Também garante o acesso à informação, atribui responsabilidades aos meios de comunicação, trata da Classificação Indicativa (Portaria nº 1.189/2018), além de abordar aspectos de regulação e fiscalização já previstos na Constituição de 1988. Merece destaque ainda a proibição da publicidade enganosa ou abusiva voltada ao público infantil, assegurando que as comunicações mercadológicas respeitem a vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Por fim, incluímos a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, que regula as atividades de tratamento de dados pessoais no Brasil. O Art. 14, em especial, trata da proteção de dados de crianças e adolescentes, prevendo regras específicas que reforçam o princípio constitucional da prioridade absoluta do interesse desse público.

## VOCABULÁRIO

### **Agências de *fact-checking***

Organizações especializadas na verificação de fatos, com foco no combate à desinformação e na promoção da integridade da informação.

### **Alfabetização midiática e informacional (AMI)**

Conjunto de competências que integra alfabetização informacional, midiática e digital. Visa o uso ético e crítico das mídias e tecnologias, a avaliação de fontes e conteúdos, e a produção responsável de informações. A perspectiva da Unesco é referência internacional nesse campo.

### ***Big techs***

Grandes empresas de tecnologia, como Alphabet, Meta e Amazon, que exercem influência significativa sobre os fluxos de informação, práticas sociais e políticas, sendo foco de debates sobre regulação, uso de dados e poder informacional.

## **Cinema**

A Sétima Arte, que combina som e imagem em movimento para narrar histórias, promover reflexão e entreter. Também é um recurso pedagógico importante na educação midiática.

## **Comunicação educativa**

Perspectiva que compreende a comunicação como processo formativo dialógico, centrado na troca e na construção coletiva de sentidos, conforme proposto por Mario Kaplún.

## **Desinformação**

Conteúdo falso ou enganoso, disseminado intencionalmente ou não. A educação midiática busca formar sujeitos críticos para reconhecê-la e combatê-la.

## **Direito à comunicação**

Direito humano que compreende a liberdade de expressão, o acesso à informação e a participação nos meios de comunicação.

## **Dispositivos digitais**

Ferramentas tecnológicas como celulares, tablets e computadores, utilizados para acessar, produzir e compartilhar conteúdo no ambiente digital.

## **Ecologia das mídias**

Abordagem teórica que compreende o ambiente midiático como um ecossistema, no qual mídias novas e tradicionais coexistem e se influenciam mutuamente, moldando percepções e práticas sociais.

## **Ecossistema comunicativo**

Rede de relações e práticas comunicacionais em um determinado contexto, como a escola. Pode ser mais ou menos dialógico, a depender da participação, diversidade de vozes e abertura à expressão (ver também Educomunicação).

## **Educomunicação**

Paradigma ou campo de intervenção que articula educação e comunicação para fortalecer a cidadania e a participação social. Valoriza e promove a criação de ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos, com relações horizontalizadas e produção colaborativa de conteúdos em diversas linguagens e

instrumentos de expressão. Suas áreas de intervenção incluem: educação para a mídia; expressão comunicativa pelas artes; pedagogia da comunicação; produção midiática; educomunicação socioambiental; gestão da comunicação; mediações tecnológicas no espaço educativo, entre outras.

### **Educação com, para/sobre e pela mídia**

Três dimensões complementares da interface entre comunicação e educação: **Com**: uso das mídias como recurso pedagógico; **Para/sobre**: análise crítica dos conteúdos midiáticos; **Pela**: produção de conteúdo pelos estudantes como prática formativa.

### **Educação digital** (conforme o *Guia Educação Digital e Midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas*)

Área interdisciplinar que contempla competências e aprendizagens previstas na BNCC relativas ao uso de tecnologias, comunicação, análise de informações e mídias, cultura digital, mundo digital e pensamento computacional.

### **Educação midiática**<sup>6</sup> (conforme o *Guia Educação Digital e Midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas*)

Processo formativo que busca desenvolver, nos indivíduos, a capacidade de acessar, analisar, criar e participar criticamente no ambiente informacional e midiático, tanto físico quanto digital, promovendo o uso consciente das mídias. Vai além de uma alfabetização digital instrumental, englobando a compreensão crítica das mensagens nos diferentes meios, a identificação de informações confiáveis e o combate à desinformação, por exemplo. Estimula também a curadoria; a autoria crítica, criativa e responsável, e uma maior participação cidadã. Relaciona-se ainda ao conceito de Integridade da Informação (ver definição sobre o termo) e, no contexto brasileiro, à Educomunicação.

### **Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM)**

Conjunto de ações coordenadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR), em articulação com vários órgãos do governo e parceiros nacionais e

<sup>6</sup> No entendimento do Conselho Nacional de Educação (CNE), "a educação digital e midiática deve ser entendida como uma área interdisciplinar, com colaboração entre diferentes disciplinas e áreas de conhecimento, como história das técnicas e das ciências, humanidades digitais, sociologia da ciência, ciência da computação, ciências sociais computacionais, multiletramentos, comunicação, letramento computacional, matemática e educação linguística, entre outras".

internacionais. Tem como foco promover a educação midiática no Brasil e criar políticas públicas nessa área, com foco na educação básica. Criada em 2023, por meio de escuta pública, será revisada periodicamente a cada dois anos.

### **Integridade da informação**

Princípio que assegura a precisão, confiabilidade e consistência dos dados. A educação midiática é instrumento essencial para sua promoção, principalmente diante da desinformação. O conceito ganhou destaque a partir de 2022 com o lançamento, pela ONU, do documento *Information Integrity: Forging a Pathway to Truth, Resilience and Trust* (Integridade da Informação: Criando um Caminho para a Verdade, Resiliência e Confiança) e, em 2023, do *Policy Brief 8*, que trata da integridade da informação em plataformas digitais.

### **Inteligência Artificial (IA)** (definição do Parlamento Europeu)

Capacidade que uma máquina de reproduzir competências semelhantes às humanas, como raciocínio, aprendizagem, planejamento e criatividade. Requer atenção ética e crítica quanto ao seu uso e desenvolvimento.

### **Jornalismo**

Atividade profissional dedicada à coleta, análise e divulgação de informações de interesse público. Cumpre papel essencial para a democracia e é objeto de análise crítica na educação midiática.

### **Materialidades**

Referem-se aos suportes técnicos e linguagens das mídias, como impressos, digitais, audiovisuais etc., que influenciam os modos de produção, circulação e recepção de conteúdos.

### **Meios de comunicação**

Canais por meio dos quais circulam informações e mensagens, como televisão, rádio, Internet, cinema e imprensa. Devem ser analisados de forma crítica na formação cidadã.

### **Memes**

Expressões culturais digitais amplamente compartilhadas, muitas vezes com humor, ironia ou crítica. São recursos potentes para análise e criação em práticas pedagógicas.

## **Mídias**

Termo abrangente que se refere aos meios e às plataformas de mediação da comunicação, incluindo tanto os tradicionais (TV, rádio, jornal) quanto os digitais (redes sociais, aplicativos, *sites*).

## **Mídias sociais**

Ambiente on-line que permitem a interação entre usuários, bem como o compartilhamento de informações, opiniões e conteúdos diversos.

## **Plataformas digitais**

Infraestruturas tecnológicas que intermediam relações e fluxos de informação entre usuários. Seu modelo de negócios geralmente se baseia na coleta, análise e monetização de dados pessoais.

## **Publicidade**

Estratégia comunicacional voltada à promoção de produtos, serviços ou ideias, com o objetivo de influenciar comportamentos de consumo. É objeto de análise na educação midiática.

## **Responsabilidade social da mídia e prestação de contas (*accountability*)**

Compromisso dos meios de comunicação com a ética, a diversidade, a qualidade da informação e a promoção dos direitos humanos. O conceito de *accountability* envolve a responsabilização da mídia por aquilo que publica, com o dever de corrigir erros, buscar a melhoria contínua e considerar o impacto de suas publicações na sociedade. Envolve a obrigação de adotar uma postura ética, respeitando os direitos humanos e, no caso do jornalismo, prezando pela apuração correta, precisa, imparcial.

## **Tecnologias da comunicação e informação (TIC)**

Ferramentas e sistemas que mediam e viabilizam a produção, a circulação e o acesso à informação, como Internet, rádio, televisão, redes sociais, aplicativos e dispositivos móveis.

## **Trend**

Termo em inglês para "tendência". No ambiente digital, refere-se a conteúdos, comportamentos ou formatos que se tornam populares rapidamente. Podem ser analisados criticamente em práticas pedagógicas.

## LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (Decreto nº 98.964) – 16/02/1990

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-98964-16-fevereiro-1990-328455-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069) – 13/07/1990

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394) – 20/12/1996<sup>7</sup>

[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf).

Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE (Portaria nº 584) – 28/04/1997 (Revogado em 18/07/2017)

<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/770/programa-nacional-biblioteca-na-escola-pnbe>.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura (Resolução CNE/CP nº 1) – 15/05/2006

[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf).

Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo (Decreto nº 6.300) – 12/12/2007

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm).

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo (Portaria nº 203/2009) – 12/02/2009

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_curso\\_s\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_curso_s_jornalismo.pdf).

Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010) – 27/01/2010

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm).

<sup>7</sup> Em 2023, o artigo 4º da LDB recebeu o inciso XII, que trata da educação digital, garantindo conectividade de alta velocidade às instituições públicas de ensino e promovendo o desenvolvimento de competências como letramento digital, criação de conteúdos, segurança e resolução de problemas (Lei nº 14.533/2023).

Programa um computador por aluno - PROUCA (Decreto nº 7.243) – 26/07/2010  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7243.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7243.htm).

Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005) – 25/06/2014  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm).

Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica (Lei nº 13.006) – 26/06/2014  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm).

Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto nº 8.752) – 09/05/2016  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm).

Programa de Inovação Educação Conectada (Decreto nº 9.204) – 23/11/2017  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9204-23-novembro-2017-785784-publicacaooriginal-154288-pe.html>.

Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Resolução CNE/CP nº 2) – 22/12/2017  
<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc>.

Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei nº 13.696) – 12/07/2018  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm).

Classificação Indicativa (Portaria nº 1.189) – 03/08/2018  
<https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/12/andi-portaria-no-1-189-de-03-de-agosto-de-2018-classificacao-indicativa-portariamj11892018.pdf>.

Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709) - 14/08/2018  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm).

Aprovação da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. (Decreto nº 11.362) - 01/01/2023  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11362.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11362.htm).

Criação do Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática; Coordenação-Geral de Educação Midiática e da Coordenação de Projetos de Educação Midiática (Portaria SECOM nº 1) - 19/01/2023  
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-secom/pr-n-1-de-19-de-janeiro-de-2023-459239225>.

Política de Inovação Educação Conectada - PIEC (Lei nº 14.180/2021) - 01/07/2021  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14180.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14180.htm).

Base Nacional Comum Curricular - Anexo Computacional (Parecer CNE/CEB nº 2/2022) - 03/10/2022  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=235511-pceb002-22&category\\_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=235511-pceb002-22&category_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192)  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=235511-pceb002-22&category\\_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=235511-pceb002-22&category_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192).

Política Nacional de Educação Digital - PNED (Lei nº 14.533) - 11/01/2023  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm).

Programa Escola em Tempo Integral (Lei nº 14.640) - 31/07/2023  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm).

Estratégia Nacional Escolas Conectadas - ENEC (Decreto nº 11.713) – 26/09/2023

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11713.htm#:~:text=DECRET.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11713.htm#:~:text=DECRET.)

Lei que criminaliza o *Bullying* e *Cyberbullying* (Lei nº 14.811) – 12/01/2024

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm).

Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional – PMQ (Resolução CODEFAT nº 995) – 21/02/2024

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=455916>.

Matriz de Saberes Digitais Docentes<sup>8</sup> – 29/08/2024

<https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/20240822MatrizSaberesDigitais.pdf>.

Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática (Resolução CNE/CEB nº 2/2025) – 21/03/2025

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ceb-n-2-de-21-de-marco-de-2025-619301726>.

Existem diversas normas aprovadas e vigentes, de aplicação obrigatória, que se relacionam com a educação digital e midiática. A Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), por exemplo, está em vigor desde 2021, e a BNCC Computação foi homologada pelo CNE em 2022. Já a Política Nacional de Educação Digital (PNED), a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM) e a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) são iniciativas lançadas em 2023.

No início de 2025, o Governo aprovou a restrição do uso de celulares e, em março do mesmo ano, foi publicada a Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática na educação básica.

<sup>8</sup> Documento que serve como guia para apoiar educadores no desenvolvimento de competências para uso pedagógico e intencional de tecnologias digitais em sala de aula.

De acordo com essa resolução, todas as redes de educação básica do país deverão, ainda em 2025, adaptar seus currículos e planos de formação docente à temática da educação digital e midiática. A partir de 2026, terá início a efetiva incorporação do componente de educação midiática nas salas de aula, em todas as etapas: da educação infantil ao ensino médio. Essa diretriz soma-se às mudanças nos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que, pela primeira vez, passaram a incluir o tema da educação midiática em todos os níveis de ensino.

Vale destacar que cada etapa deve trazer alterações e perspectivas próprias. Ou seja, em uma rede de ensino, a educação midiática poderá ser inserida como uma disciplina; em outra, poderá ser abordada de forma transversal. Essa definição deve ser feita internamente, conforme a estrutura e as demandas locais, com posterior aprovação dos conselhos municipais ou estaduais de educação.

Para apoiar a adaptação das redes à educação digital e midiática, o documento Referencial de Saberes Digitais Docentes e ferramentas de autodiagnóstico desenvolvidas pelo MEC estão disponíveis na plataforma AVAMEC. A partir do autodiagnóstico, é possível identificar os cursos mais indicados para os/as professores/as. Há ainda webinários, oficinas gravadas e a plataforma MECRED, que reúne diversos recursos digitais abertos e guias, como:

**Guia para o uso de celulares na escola: guia para as escolas:**  
<https://mecred.mec.gov.br/recurso/364589?collectionId=16247>.

**Guia para o uso de celulares na escola: guia para as redes:**  
<https://mecred.mec.gov.br/recurso/364590?collectionId=16247>.

## ASSIMILE

Educação midiática é o processo de desenvolver, nos/as estudantes, a capacidade de acessar, analisar, avaliar, produzir e interagir com as mídias de forma crítica, ética e criativa. Ela vai além do simples uso da tecnologia: propõe um olhar atento sobre como as mídias moldam nosso modo de pensar, agir e nos relacionar com o mundo.

Os três pilares da educação midiática, segundo David Buckingham, são:

Análise textual – o que as mídias dizem e como dizem;

Análise contextual – quem produz, para quem e em quais condições;

Produção criativa – aprender fazendo comunicação.

A **Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)**, promovida pela Unesco, articula habilidades de leitura crítica das mídias, uso ético da informação e domínio das tecnologias digitais, com foco na cidadania e nos direitos humanos.

Já a **Educomunicação** parte do princípio de que toda ação educativa é também uma ação comunicativa, e busca fortalecer ecossistemas comunicativos nas escolas que sejam inclusivos, democráticos e criativos, por meio de suas diferentes áreas de intervenção.

## REFLITA

Crianças e adolescentes aprendem com e no ambiente midiático digital o tempo todo, dentro e fora da sala de aula. Seja por meio de vídeos curtos, memes, jogos ou redes sociais, estão em contato constante com narrativas, linguagens e valores que influenciam suas identidades e visões de mundo. Por isso, a escola, junto com a família, o Estado e a sociedade, deve assumir um papel ativo na formação crítica, criativa e participativa para o uso das mídias, reconhecendo que educar para a mídia é também educar para a cidadania, para o respeito e para a diversidade.

Como está o ecossistema comunicativo da sua escola. Ele valoriza a escuta, a participação e a produção dos/das estudantes?

## ATENÇÃO

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou, no dia 24 de março de 2025, a Resolução CNE/CEB nº 2/2025<sup>9</sup>, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática.

A Resolução apresenta alguns pontos relevantes, como a integração da educação digital e midiática ao currículo escolar, alinhada à BNCC; a permissão do uso de dispositivos digitais, como celulares, apenas para fins pedagógicos, com a mediação dos educadores; e a exigência de que os sistemas de ensino e instituições implementem estratégias de formação continuada para professores/as e profissionais da educação, a fim de prepará-los/as para o uso pedagógico eficaz das tecnologias digitais.

Essa medida busca, de certa forma, proteger a saúde mental, física e psíquica dos/as estudantes, promovendo um ambiente mais acolhedor na escola. Ao mesmo tempo, ao garantir intencionalidade pedagógica nas práticas, assegura-se a efetivação das ações preventivas e participativas – direitos de crianças e adolescentes previstos pelo ECA.

<sup>9</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002\\_25.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002_25.pdf).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. **Projetos de intervenção em educomunicação**. Campina Grande: Editora da UFCG, 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília, DF: Coordenação-Geral de Educação Midiática, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023\\_secom-spdipl\\_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf](https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdipl_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf). Acesso em: 10 maio 2025.

BUCKINGHAM, D. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições SESC, 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

FANTIN, M. **Mídia-Educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FREINET, C. **O jornal escolar**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

GRIZZLE, A. *et al.* **Media and information literate citizens: think critically, click wisely!** Paris: Unesco, 2023.

IBGE. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107_informativo.pdf). Acesso em: 14 abr. 2025.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KAPLÚN, M. Uma pedagogia da comunicação. In: APARICI, R. (org.). **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 59-80.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación** (el comunicador popular). Habana: Editorial Caminos, 2002.

LIMA, V. A. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

MOROZOV, E. **Big tech**: ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

ONU. **Princípios globais das Nações Unidas para a integridade da informação**. 2024. Disponível em: [https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-07/ONU\\_PrincipiosGlobais\\_IntegridadeDaInformacao\\_20240624.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-07/ONU_PrincipiosGlobais_IntegridadeDaInformacao_20240624.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

OROZCO GÓMEZ, G. **Recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014

PAULINO, F.O. **Responsabilidade social da mídia**: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha. Brasília: Casa das Musas, 2008. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=99823](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=99823). Acesso em: 10 abr. 2025.

PAULINO, F. O.; MARTINS DA SILVA, L. **Comunicação pública em debate**: ouvidoria e rádio. Brasília: Editora da UnB, 2013, Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/8>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RAMOS, P. **Três décadas de educomunicación en América Latina**: los cambios desde el plan Deni. Quito: OCCLAC, 2003.

SANTAELLA, L. **A cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 2001.

SIQUEIRA, A. B. de. Educação para a mídia: da inoculação à preparação. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 105, p. 1.043-1.066, set. 2008. . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400006> Acesso em 17 jun. 2025.

SOARES, I. de O. A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato**: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação, Brasília, Senado Federal, n. 2, p. 19-75, 1999.

SOARES, I. de O. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, I. de O. Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>. Acesso em: 9 maio 2025.

SOARES, I. de O. Entrevista com Ismar de Oliveira Soares: a educomunicação. **Novos Olhares**, São Paulo, Ano 6, n. 12, p. 35-41, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51389>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2006.

STRATE, L., BRAGA, A., LEVINSON, P. **Introdução à ecologia de mídias**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Edições Loyola, 2019.

SOUSA JUNIOR, J. *et al* (org.). **Introdução crítica ao direito à informação e à comunicação na perspectiva de O Direito Achado na Rua**. Brasília: FAC Livros, 2017. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/26>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

VALENTE, J. C. L. Tecnologia, informação e poder: das plataformas on-line aos monopólios digitais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 1.051-1.052, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/35544>. Acesso em: 14 abr. 2025.

WILSON, C. *et al.* **Alfabetização midiática e informacional:** currículo para formação de professores. Brasília: Unesco; UFMT, 2013.

XAVIER, I. **O discurso cinematográfico:** a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2003.